



Ministério
das Finanças

Unidade de Acompanhamento
do Setor Empresarial do Estado



2024
3º TRIMESTRE

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE DESEMPENHO DO **SPE DE CABO VERDE**



Ministério das Finanças

Unidade de Acompanhamento
do Setor Empresarial do Estado

PROGRESSO ALINHADO COM UM FUTURO SUSTENTÁVEL.

ÍNDICE

Índice de Tabelas	4
Índice de Figuras	5
Acrónimos	6
1. Sumário Executivo / <i>Executive Summary</i>	8
2. Conjuntura Macroeconómica	14
2.1 Análise Económica Global	15
2.2 Economia Nacional	16
3. Setor Público Empresarial (SPE)	18
3.1 Análise Agregada do Desempenho Económico e Financeiro das Empresas do SPE	21
3.1.1 Volume de Negócios (VN)	22
3.1.2 Valor Acrescentado Bruto (VAB)	23
3.1.3 EBITDA	24
3.1.4 EBIT	25
3.1.5 Resultado Líquido	26
3.1.6 Posição Patrimonial	27
3.1.7 Passivo Contingente	30
3.1.8 Transações entre as Empresas do SPE e o Estado	32
3.1.9 Risco Macro Fiscal	34
3.1.10 Financiamento do Ativo	34
3.1.11 Rentabilidade	35
3.1.12 Liquidez	36
3.1.13 Endividamento e Solvabilidade	36



4.	Desempenho Económico e Financeiro das 7 (sete) maiores empresas do SPE	38
4.1	ASA	41
4.2	ELECTRA	44
4.3	ONSEC	
4.4	EMPROFAC	47
4.5	ENAPOR	50
4.6	IFH	53
4.7	TACV	56
5	Anexos	59
5.1	Anexo 1: Balanço das Empresas que compõem o SPE, 3T2023 e 3T2024	60
5.2	Anexo 2: Balanço das Empresas que compõem o SPE, 3TPAO2024 e 3T2024	61
5.3	Anexo 3: Resultados por Empresa do SPE, 3T2023 e 3T2024	62
5.4	Anexo 4: Resultados por Empresa do SPE, 3T2024 e 3TPAO2024	63
5.5	Anexo 5: Passivo Detalhado por Empresa do SPE, 3T2023 e 3T2024	64
5.6	Anexo 6: Risco por Empresa do SPE, 3T2023 e 3T2024	65
5.7	Anexo 7: Risco por Empresa do SPE, 3TPAO2024 e 3T2024	66

ÍNDICE DE TABELAS

1	Resultado líquido das empresas do SPE / <i>Overview of the SBS's net income</i>	12
2	Performance das empresas do SPE (em mECV) / <i>Overview of the economic situation of the SBS's (in mECV)</i>	13
3	Avaliação de risco das empresas do SPE / <i>SBS risk assessment</i>	13
4	Resumo da situação económica das empresas do SPE (em mECV e %)	21
5	Peso das subclasses / rubricas do balanço agregado das empresas do SPE (em mECV e %)	27
6	Evolução da estrutura do balanço agregado das empresas do SPE (em mECV e %PIB)	28
7	Stock dos avales prestados (em mECV e % do PIB)	31
8	Transações do Estado para as empresas do SPE (em mECV e %)	32
9	Avales prestadas pelo Estado às empresas do SPE (em mECV)	33
10	Capitalizações realizadas pelo Estado às empresas do SPE (em mECV)	33
11	Transações das empresas do SPE para o Estado (em mECV e %)	34
12	Evolução dos indicadores de rentabilidade das empresas do SPE (em %)	36
13	Evolução dos indicadores de liquidez das empresas do SPE (em %)	36
14	Evolução dos indicadores de endividamento e solvabilidade das empresas do SPE (em %)	37
15	Peso das 7 maiores empresas do SPE (em mECV e %)	
16	Desempenho económico e financeiro da ASA (em mECV e %).	40
17	Desempenho económico e financeiro da ELECTRA (em mECV e %)	41
18	Desempenho económico e financeiro da ONSEC (em mECV e %).	44
19	Desempenho económico e financeiro da EMPROFAC (em mECV e %)	47
20	Desempenho económico e financeiro da ENAPOR (em mECV e %)	50
21	Desempenho económico e financeiro da IFH (em mECV e %).	53
22	Desempenho económico e financeiro da TACV (em mECV e %).	56

ÍNDICE DE FIGURAS

1	Setor Público Empresarial / State Business Sector	12
2	Forma jurídica / Legal form	12
3	Empresas públicas e participadas do SPE analisadas, por setor de atividade e respetiva participação social detida pelo Estado (%)	
4	Evolução do volume de negócios das empresas do SPE (em mECV)	22
5	Evolução do valor acrescentado bruto das empresas do SPE (em mECV).	23
6	Evolução do EBITDA das empresas do SPE (em mECV)	24
7	Evolução do EBIT das empresas do SPE (em mECV).	25
8	Evolução do resultado líquido e margem líquida das empresas do SPE (em mECV e %)	26
9	Evolução do ativo e do ROA das empresas do SPE (em mECV e %)	28
10	Evolução dos capitais próprios e do ROE das empresas do SPE (em mECV e %)	29
11	Evolução do passivo das empresas do SPE (em mECV)	30
12	Financiamento do ativo das empresas do SPE	35
13	Sete maiores empresas do SPE e respetiva participação social detida pelo Estado (%) (Dina - incluir também a imagem ONSEC)	39
14	Risco das 7 maiores empresas do SPE, 3T 2023, 3T PAO 2024 e 3T 2024	43
15	Evolução dos rácios da ASA	46
16	Evolução dos rácios da ELECTRA	49
17	Evolução dos rácios da ONSEC.	52
18	Evolução dos rácios da EMPROFAC	55
19	Evolução dos rácios da ENAPOR	58
20	Evolução dos rácios da IFH	
21	Evolução dos rácios da TACV.	

ACRÓNIMOS

ADR Água de Rega, S.A.

ADS Águas de Santiago, S.A.

AEB Água e Energia de Boavista, S.A.

APN Águas de Porto Novo, S.A.

ASA Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

BVC Bolsa de Valores de Cabo Verde, S.A.

CA Conselho de Administração

CABEÓLICA Cabeólica, S.A.

CABNAVE Estaleiros Navais, S.A.

CCV Correios de Cabo Verde, S.A.

CERMI Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial, E.P.E.

CP Capitais Próprios

CVB Cabo Verde Broadcast, S.A.

CVFF Cabo Verde Fast Ferry, S.A.

CVT Cabo Verde Telecom, S.A.

DR Demonstração de Resultados

E.P.E. Entidades Públicas Empresariais

EBIT *Earnings Before Interest and Taxes* – Lucro Antes dos Juros e Impostos

EBITDA *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*
– Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

ECV Estradas de Cabo Verde, E.P.E.

EHTCV Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, E.P.E.

ELECTRA Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.

EMAR Escola do Mar, E.P.E.

EMPROFAC Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, S.A.

ENAPOR Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

FIC Feira Internacional de Cabo Verde, S.A.

FMI Fundo Monetário Internacional

FSE Fornecimento de Serviços Externos

ICV Infraestruturas de Cabo Verde, S.A.

IFH Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.

IFRS *International Financial Reporting Standards*
– Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro

INCV Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A.

INE Instituto Nacional de Estatística

INFORPRESS Agência de Notícias de Cabo Verde, S.A.

LEC Laboratório de Engenharia Civil, E.P.E.

mECV Milhares de escudos cabo-verdianos

MEP Método de Equivalência Patrimonial

MFFE Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

NEWCO Sociedade de Resolução de Créditos, S.A.

NOSI Núcleo Operacional Sistema Informação, E.P.E.

P.P. Pontos Percentuais

PAO Plano de Atividades e Orçamento

PIB Produto Interno Bruto

RL Resultado Líquido

ROA Return on Assets – Taxa de Retorno Adicional sobre Investimentos

ROE Return on Equity – Taxa de Retorno sobre o Património Líquido

RTC Rádio Televisão Cabo-verdiana, S.A.

S.A. Sociedade Anónima

SBS State Business Sector – Setor Público Empresarial

SCS Sociedade Caboverdiana de Sabões, S.A.

SDTIBM Sociedade de Desenvolvimento de Turismo Integrado das Ilhas de Boavista e Maio, S.A.

SPE Setor Público Empresarial

SISP Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamentos, S.A.

SNCRF Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro

SOE State-Owned Enterprises – Empresas Públicas

SONERF Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Florestas, E.P.E.

T Trimestre

TACV Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.

TECHPARCK Parque Tecnológico Arquipélago Digital de Cabo Verde, S.A.

TICV Transportes Interilhas de Cabo Verde, S.A.

UASE Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado

VAB Valor Acrescentado Bruto

VAR.% Variação em %

VN Volume de Negócios

// 1. SUMÁRIO EXECUTIVO



1

No contexto nacional, a economia de Cabo Verde registou um crescimento real de 3,3% no terceiro trimestre de 2024, revelando uma resiliência assinalável, apesar de um ligeiro abrandamento da atividade económica face ao mesmo período do ano anterior (-0,4 p.p.). Destaca-se a inversão da tendência das importações de bens e serviços, que registraram uma redução de 11,2%, contrastando com o crescimento de 10,6% observado no trimestre anterior. As exportações mantiveram-se relativamente estáveis, com uma variação homóloga negativa de apenas 1,2%, enquanto o investimento registou uma contração significativa de 19,6%.

Do ponto de vista da produção, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base cresceu 2,6%. Esta evolução foi impulsionada por desempenhos particularmente robustos nos setores da agricultura (+19,6%), das indústrias transformadoras (+11,4%) e da construção (+7,8%). Também os setores dos transportes e armazenagem (+4,5%) e do alojamento e restauração (+20,8%) contribuíram positivamente. Em sentido inverso, o setor do comércio registou uma retração de 2,1%.

O presente relatório incide sobre um universo de 35 empresas do Setor Público Empresarial (SPE), com exceção da empresa APN, que não cumpriu as obrigações de reporte, e das empresas TICV e SONERF, atualmente inativas. Importa ainda referir o impacto da reestruturação em curso no setor energético, com a cisão da ELECTRA, em maio de 2024, e a subsequente criação de três novas entidades – EDEC, EPEC e ONSEC – em junho do mesmo ano.

Relativamente ao desempenho económico e financeiro do SPE, os resultados do terceiro trimestre de 2024 revelam uma evolução negativa na maioria dos indicadores, com exceção do VN e do Capital Próprio. Os principais indicadores

de rentabilidade, bem como o Resultado Líquido, registaram deteriorações face ao período homólogo, sinalizando desafios relevantes à sustentabilidade financeira do setor.

O VN do SPE cresceu 54,1% em termos homólogos, refletindo uma recuperação significativa da atividade. No entanto, o VAB apresentou uma variação negativa de 15,0%, associada a uma redução expressiva de 59,2% no EBIT, o que contribuiu para uma contração acentuada do Resultado Líquido, que diminuiu 162,4% face ao terceiro trimestre de 2023.

No plano da estrutura financeira, destaca-se um crescimento do capital próprio em 113,9%, impulsionado pela reversão da situação líquida da ELECTRA, na sequência da conversão dos empréstimos de retrocessão do Estado em prestações acessórias. Esta medida contribuiu significativamente para a redução da pressão sobre os níveis de endividamento do setor. O ativo do SPE registou um ligeiro acréscimo de 3,1%, enquanto o passivo registou uma diminuição de 8,3%.

O passivo contingente representou 19,8% do passivo total do SPE, equivalente a 8,0% do PIB nacional, refletindo o esforço contínuo do Estado em garantir a estabilidade do setor empresarial público e, consequentemente, a preservação do emprego e do rendimento das famílias. Os empréstimos de retrocessão corresponderam a 8,6% do passivo total, observando-se uma tendência de redução do stock, em resultado do cumprimento dos planos de reembolso pelas restantes empresas.

O setor também contribuiu significativamente para as receitas do Estado, com um montante total de 560.004 mECV em impostos liquidados, o que representa um crescimento de 41,1% face ao período homólogo.





A análise financeira destaca o desempenho das sete principais empresas do SPE – ASA, ELECTRA, ONSEC, EMPROFAC, ENAPOR, IFH e TACV – que, em conjunto, representaram 45,3% do VN e 41,1% da riqueza gerada pelo setor. Estas empresas detêm ainda 46,9% dos ativos e 46,5% dos passivos do SPE. No entanto, estas entidades registaram uma redução de 64,3% no EBIT, passando de 829.917 mECV para 296.651 mECV, e uma diminuição de 0,8% no total de ativos. Em contrapartida, o capital próprio destas empresas aumentou de forma expressiva, em 15.531,9%, sobretudo devido à reestruturação financeira da ELECTRA.

No que se refere à avaliação de risco, e de acordo com a ferramenta SOE Health Check Tool do Fundo Monetário Internacional, o perfil de risco agregado do SPE apresenta uma tendência globalmente desfavorável, com 42,9% das empresas avaliadas como de elevado risco. Entre as sete principais empresas do setor, quatro evidenciaram melhorias nos seus perfis de risco, duas mantiveram os níveis anteriores e, no caso da recém-criada ONSEC, não foi possível efetuar uma avaliação homóloga.

Apesar do crescimento moderado do PIB nacional no terceiro trimestre de 2024, os dados demonstram que persistem desafios estruturais importantes no SPE, particularmente ao nível da rentabilidade e da gestão de risco. Neste contexto, torna-se imperativo assegurar uma atuação coordenada entre o Estado e as empresas, com enfoque em políticas de boa governação, eficiência financeira e mecanismos robustos de mitigação de risco. A consolidação do SPE, num quadro de estabilidade macroeconómica e disciplina fiscal, será determinante para garantir a sustentabilidade e o crescimento inclusivo de Cabo Verde a médio e longo prazo.

EXECUTIVE SUMMARY

At the national level, Cabo Verde's economy recorded a real growth rate of 3.3% in the third quarter of 2024, demonstrating remarkable resilience despite a slight slowdown in economic activity compared to the same period of the previous year (-0.4 percentage points). Of particular note is the reversal in the trend of goods and services imports, which declined by 11.2%, contrasting with a 10.6% increase in the previous quarter. Exports remained relatively stable, posting a marginal year-on-year decline of 1.2%, while investment contracted significantly by 19.6%.

In terms of production, Gross Value Added (GVA) at basic prices grew by 2.6%. This performance was driven by strong results in agriculture (+19.6%), manufacturing (+11.4%) and construction (+7.8%). The transport and storage sector (+4.5%) and the accommodation and food services sector (+20.8%) also made positive contributions. In contrast, the trade sector experienced a contraction of 2.1%.

This report covers 35 entities within the State-Owned Enterprises (SOE) sector, excluding APN, which failed to meet reporting requirements, and TICV and SONERF, which are currently inactive. It is important to highlight the ongoing energy sector restructuring, marked by the unbundling of ELECTRA in May 2024 and the subsequent establishment of three new entities – EDEC, EPEC and ONSEC – in June of the same year.

With regard to the economic and financial performance of the SOE sector, the results for Q3 2024 show a generally negative trend across most key indicators, with the exception of Turnover and Equity. Profitability metrics and Net Income deteriorated year-on-year, underscoring significant challenges to the sector's financial sustainability.

Turnover within the SOE sector increased by 54.1% year-on-year, reflecting a notable recovery in business activity. However, GVA declined by 15.0%, followed by a steep drop of 59.2% in EBIT, which in turn led to a sharp contraction in Net Income, down by 162.4% compared to Q3 2023.

On the financial structure side, Equity increased by 113.9%, largely due to the reversal of ELECTRA's negative equity position following the conversion of government retrocession loans into supplementary capital contributions. This move significantly alleviated the overall debt burden of the sector. Total assets rose slightly by 3.1%, while liabilities declined by 8.3%.

Contingent liabilities represented 19.8% of the total liabilities of the SOE sector, equivalent to 8.0% of the national GDP. This reflects the Government's continued

commitment to safeguarding the stability of public enterprises and, by extension, employment and household incomes. Retrocession loans accounted for 8.6% of total liabilities, and their outstanding stock declined mainly due to the ELECTRA reform and regular repayments by other companies.



The SOE sector also contributed significantly to public revenues, with total tax payments amounting to 560.004 mECV – a year-on-year increase of 41.1%.

The financial analysis highlights the performance of the seven largest SOEs – ASA, ELECTRA, ONSEC, EMPROFAC, ENAPOR, IFH, and TACV – which collectively accounted for 45.3% of the sector's turnover and 41.1% of the wealth generated. These entities also held 46.9% of total assets and 46.5% of total liabilities in the sector. Despite their scale, these companies recorded a 64.3% drop in EBIT, from 829.917 mECV to 296.651 mECV, and a 0.8% decrease in total assets. On a positive note, their equity rose dramatically by 15,531.9%, primarily as a result of the financial restructuring of ELECTRA.

Regarding risk assessment, the IMF's SOE Health Check Tool indicates an overall unfavourable risk profile for the sector, with 42.9% of SOEs classified as high risk. Among the seven main SOEs, four showed improved risk profiles, two maintained their previous ratings, and ONSEC – being newly established – could not be evaluated against prior periods.

While the national GDP posted moderate growth in Q3 2024, the data reveal persistent structural challenges within the SOE sector, particularly in terms of profitability and risk management. In this context, a coordinated response from both the Government and SOEs is imperative, focused on sound governance, financial efficiency and robust risk mitigation strategies. The consolidation and modernisation of the SOE sector, within a framework of macroeconomic stability and fiscal discipline, will be crucial to ensuring Cabo Verde's long-term sustainability and inclusive growth.



CARTEIRA ANALISADA – VISÃO GLOBAL ANALYZED PORTFOLIO – OVERVIEW

• FIGURA 1

Setor Público Empresarial State Business Sector



- Setor Público Empresarial / State Business Sector



- Carteira principal / Main portfolio



- Carteira secundária / Secondary portfolio



- Empresas com 100% do Capital Social detido pelo Estado / Enterprises with 100% Share Equity owned by the State

• FIGURA 2

Forma jurídica Legal form



• TABELA 1

RESULTADO LÍQUIDO DAS EMPRESAS DO SPE / OVERVIEW OF THE SBS'S NET INCOME

Resultado Líquido Net income	3T2023		3T2024	
	Positivo Positive	Negativo Negative	Positivo Positive	Negativo Negative
Nº	17	16	16	19
%	51,5%	48,5%	45,7%	54,3%



• TABELA 2

PERFORMANCE DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV)
/OVERVIEW OF THE ECONOMIC SITUATION OF THE SBS'S (IN mECV)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios/ <i>Turnover</i>	10 148 197	16 654 108	15 638 306
Valor acrescentado bruto/ <i>Gross margin</i>	3 589 607	3 677 173	3 051 066
EBITDA	2 302 802	1 998 674	1 667 577
EBIT	1 168 533	857 507	476 793
Resultado líquido/ <i>Net income</i>	310 499	224 578	-193 830
Ativo/ <i>Asset</i>	135 306 316	131 542 394	139 457 893
Passivo/ <i>Liability</i>	122 709 093	92 153 204	112 515 038
Capital próprio/ <i>Equity</i>	12 597 224	39 389 190	26 942 856

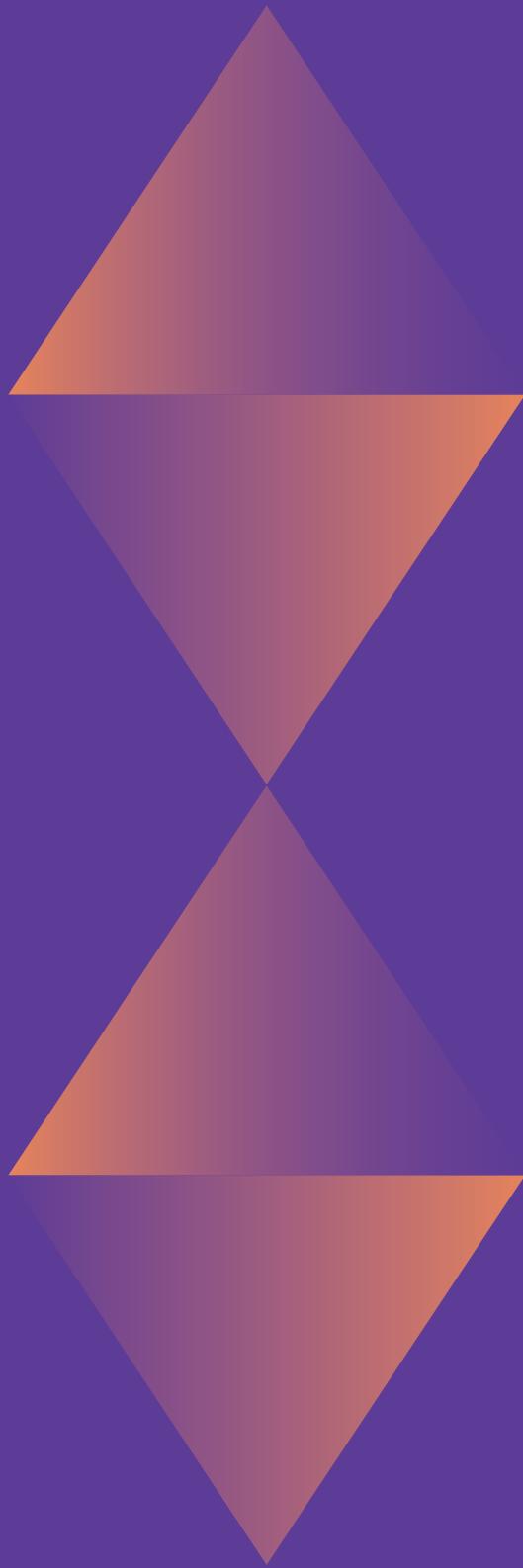
• TABELA 3

*AVALIAÇÃO DE RISCO DAS EMPRESAS DO SPE/SBS RISK ASSESSMENT

Risco/Risk	3T2023		3T_PAO2024		3T2024	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Very low risk	1	3,0	0	0,0	0	0,0
Low risk	5	15,2	2	5,7	3	8,6
Moderate risk	9	27,3	15	42,9	12	34,3
High risk	6	18,2	12	34,3	15	42,9
Very high risk	12	36,4	6	17,1	5	14,2
Total	33	100	35	100	35	100

*Das 33 empresas que compõe o SPE, foram analisadas 30 empresas.

// 2. CONJUNTURA MACROECONÓMICA



2

// 2.1. 6.1 ANÁLISE ECONÓMICA GLOBAL

Nas últimas décadas, várias economias beneficiaram de um ambiente internacional estável, sustentado pela globalização e pela integração geo-económica. No entanto, apesar da resiliência demonstrada pelos mercados emergentes e das condições financeiras relativamente favoráveis, começam a evidenciar-se vulnerabilidades estruturais que exigem atenção cuidadosa das nações e comunidades internacionais. Entre elas, destacam-se o aumento do endividamento público e privado, bem como avaliações elevadas de ativos financeiros, fatores que poderão amplificar o impacto de eventuais choques externos.

A crescente incerteza nos mercados e o papel cada vez mais relevante das instituições financeiras não bancárias nas concessões de créditos impõem uma reflexão estratégica sobre o reforço das políticas macroprudenciais, essenciais para a preservação da estabilidade do sistema financeiro. Paralelamente, os desafios associados à sustentabilidade da dívida e à evolução do setor imobiliário exigem um acompanhamento rigoroso e uma avaliação periódica das políticas fiscais e monetárias.

Contudo, no início de 2024, os desequilíbrios cíclicos começaram a apresentar sinais de moderação, revelando um alinhamento mais equilibrado entre os níveis de atividade económica, com melhorias notáveis nas principais economias mundiais. Segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global deverá registar um crescimento de 3,2% até ao final de 2024. As economias avançadas deverão crescer 1,8% (acima dos 1,7% em 2023), enquanto os mercados emergentes e em desenvolvimento deverão registar uma ligeira desaceleração, passando de 5,7% em 2023 para 5,3% em 2024 e 5,0% em 2025.

No que respeita aos mercados de *commodities*, dados do Banco Mundial indicam uma redução de 7,1% nos preços da

energia em termos homólogos. Em contraste, os preços dos bens não energéticos aumentaram 2,1%. De acordo com a FAO, os preços dos alimentos registaram uma queda global de 0,6%. O preço médio do barril de Brent fixou-se em 80,2 USD, refletindo uma redução de 6,6%.

Estima-se que a inflação global poderá ajustar de 6,7% em 2023 para 5,8% em 2024 e 4,3% em 2025. As economias avançadas estão mais próximas de atingir as metas inflacionistas, ao contrário das economias emergentes, onde o processo de desinflação poderá ser mais lento. Ainda assim, a persistência de tensões geopolíticas e a possibilidade de novas perturbações nos preços das *commodities* podem comprometer a continuidade das atuais políticas monetárias restritivas, dificultando os esforços para alcançar uma estabilidade fiscal duradoura.

Por outro lado, apesar de se ter verificado um ambiente comercial global marcado por crescentes barreiras e fragmentações geo-económicas, o rácio do comércio internacional face ao PIB mundial deverá manter-se estável. Prevê-se que o comércio global cresça, em média, 3,25% ao ano em 2024 e 2025, recuperando da quase estagnação observada em 2023.

Nos Estados Unidos, prevê-se um crescimento de 2,8% no terceiro trimestre de 2024, impulsionado pelo consumo privado, pelas exportações e pela despesa pública. O mercado de trabalho permanece dinâmico, embora a taxa de desemprego tenha subido ligeiramente para 4,1%. A inflação registou uma redução expressiva, atingindo 2,1% em setembro, valor mais baixo verificado desde fevereiro de 2021. Perante este cenário, o Federal Reserve decidiu reduzir a taxa de juro de referência em 0,5 pontos percentuais, fixando-a entre 4,75% e 5,0%.

Na Zona Euro, o crescimento económico deverá atingir 0,8% em 2024, com perspetiva de melhoria para 1,2% em 2025, sustentado por uma recuperação da



procura interna e pelo dinamismo do setor de serviços. A inflação registou uma desaceleração significativa, situando-se em 1,7% em setembro de 2024. Em resposta, o Banco Central Europeu reduziu as suas taxas diretoras em 25 pontos base.

As perspetivas de crescimento para os mercados emergentes e em desenvolvimento mantêm-se estáveis, com uma taxa média estimada de 4,2% para 2024 e 2025. Destaca-se o desempenho da Ásia, com a China a projetar crescimentos de 4,8% em 2024, 4,1% em 2025 e 4,0% em 2026, sustentados pela recuperação do setor privado e aumento do consumo. A Índia deverá crescer 7,0% em 2024 e 6,5% em 2025.

Na África Ocidental, região onde Cabo Verde está inserido, o crescimento do PIB registado em 2023 foi de 4,7%, devendo atingir 5,2% em 2024 e 5,6% em 2025, segundo o FMI. No entanto, a inflação

continua elevada, afetando negativamente o poder de compra, sobretudo nas economias mais vulneráveis. Em 2023, a taxa de inflação situou-se em 12,5%, com uma previsão de descida para 10,0% em 2024 e 6,7% em 2025.

Na África Subsaariana, a inflação deverá manter-se elevada em 2024 (18,1%), mas estima-se uma descida para 12,3% em 2025. O crescimento económico da região manter-se-á estável em 3,6% em 2024, com uma ligeira aceleração para 4,2% no ano seguinte.

// 2.2. ECONOMIA NACIONAL

Cabo Verde tem vindo a consolidar-se como uma referência regional em matéria de desenvolvimento económico, financeiro, tecnológico e social, resultado de uma liderança visionária e de políticas públicas centradas na sustentabilidade e na inclusão. Esta trajetória de progresso sustentado tem contribuído para o reconhecimento do país como uma das democracias mais sólidas e estáveis de África, caracterizada por transições políticas pacíficas e instituições robustas.

Apesar destes avanços, persistem desafios estruturais que condicionam o

potencial de crescimento de longo prazo, nomeadamente a reduzida dimensão do mercado interno, a forte dependência das importações e a vulnerabilidade a choques externos, fatores estes agravados pelo impacto das alterações climáticas. Ainda assim, o país continua a oferecer um ambiente favorável ao investimento, ancorado na estabilidade macroeconómica, num sistema financeiro resiliente e em reformas contínuas orientadas para a melhoria do ambiente de negócios e da eficiência da administração pública.

No plano interno, a economia de Cabo Verde registou um crescimento real de 3,3% no terceiro trimestre de 2024, apesar

de um ligeiro abrandamento da atividade económica face ao período homólogo (-0,4 p.p.). De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV), o consumo final cresceu 1,2%, impulsionado pelo consumo privado (+2,9%), ao passo que o consumo público registou uma contração de 5,1%.

As importações de bens e serviços diminuíram 11,2%, invertendo a tendência de crescimento do trimestre anterior (+10,6%). As exportações registaram uma ligeira queda de 1,2% em termos homólogos. O investimento, por sua vez, apresentou uma contração significativa de 19,6%.

No que se refere à produção, o Valor Acrescentado Bruto (VAB), a preços base, cresceu 2,6%. Destaca-se o forte desempenho do setor agrícola (+19,6%), das indústrias transformadoras (+11,4%) e da construção (+7,8%). Os setores do transporte e armazenagem (+4,5%) e do alojamento e restauração (+20,8%) também contribuíram positivamente. Em contrapartida, o setor do comércio registou uma redução de 2,1%.

No terceiro trimestre de 2024, o saldo global das finanças públicas registou um défice de 0,4% do PIB, em contraste com o excedente de 1,0% observado no período homólogo. Este resultado reflete uma evolução positiva das receitas totais (+2,3%), mas também um aumento das despesas totais (+9,1%) e dos ativos não financeiros (+30,3%). Ainda assim, o saldo corrente primário manteve-se positivo, ascendendo a 7.327,0 milhões de ECV (2,6% do PIB).

O stock da dívida pública situou-se em 302.336,5 milhões de ECV (108,0% do PIB), refletindo uma redução de 4,7 p.p. em termos homólogos. A dívida externa representa 72,7% do PIB e a dívida interna, 35,3%, revelando uma estrutura de endividamento equilibrada e em trajetória descendente.

A inflação média anual manteve uma tendência descendente, situando-se em 1,0% em setembro de 2024, uma redução de 4,3 p.p. face ao período homólogo. Esta evolução favorável resulta da baixa dos preços internacionais dos produtos energéticos e alimentares, refletindo-se

internamente numa inflação subjacente igualmente contida (1,0%).

Os dados provisórios do terceiro trimestre de 2024 revelam uma balança corrente positiva, com um superavit de 569,3 milhões de escudos, sustentado pela redução das importações e dos rendimentos expatriados, bem como pelo aumento das reexportações de combustíveis. No que se refere à balança financeira, registou-se uma diminuição dos fluxos líquidos de financiamento externo (-4.878,6 milhões de ECV), refletindo, sobretudo, a redução de 61,6% no investimento direto estrangeiro.

As reservas internacionais líquidas totalizaram 647,4 milhões de euros, assegurando uma cobertura confortável de 5,6 meses de importações.

O setor financeiro manteve-se resiliente, com o crédito à economia a crescer 7,0%, refletindo uma maior dinamização do crédito ao setor privado. A massa monetária (agregado M2) registou um aumento de 3,9%, impulsionado pelo crescimento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais.

// 3. SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL (SPE)



3



O Setor Público Empresarial (SPE) desempenha, à escala global, um papel determinante em domínios estratégicos como a energia, as indústrias extrativas, as infraestruturas e os serviços financeiros. Estas empresas assumem a responsabilidade de prestar bens e serviços públicos essenciais, contribuindo decisivamente para a eficiência económica e para o progresso social. Primordialmente, uma proporção significativa destas entidades atua em áreas críticas para a transição energética e para o combate às alterações climáticas, exercendo assim uma influência direta na implementação de políticas ambientais e na promoção da sustentabilidade a nível global.

Em Cabo Verde, o SPE encontra-se sob a tutela do Ministério das Finanças, cabendo à Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE) a supervisão técnica e o acompanhamento da sua atividade. Esta unidade foi instituída no âmbito da Lei n.º 58/IX/2019, de 29 de julho, que introduz alterações à Lei n.º 104/VIII/2016, de 6 de janeiro, diploma que define os princípios e as normas aplicáveis à governação do setor empresarial público.

A missão da UASE consiste em assegurar o cumprimento rigoroso dos normativos legais e regulamentares em vigor, com especial enfoque na elaboração, análise e submissão atempada de relatórios financeiros periódicos. Estes relatórios constituem instrumentos essenciais para a avaliação da performance económico-finансiera das empresas públicas e para o reforço da sua prestação de contas perante os cidadãos, o Estado e os parceiros internacionais.

Complementarmente, a UASE opera no quadro da Portaria n.º 48/2021, de 15 de outubro, que estabelece a obrigatoriedade de reporte financeiro regular – com periodicidade trimestral e anual – para todas as entidades integradas no SPE. Esta exigência normativa visa promover a transparência e eficiência da gestão pública empresarial, assegurando simultaneamente que os stakeholders dispõem de informação clara, atualizada e fiável para avaliar o contributo das empresas públicas para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

O presente relatório foi elaborado com base nas empresas atualmente integradas na carteira do SPE, conforme detalhado na tabela seguinte, organizada por setores de atividade económica. Este exercício visa proporcionar uma visão abrangente e fundamentada do desempenho e do papel estratégico destas entidades no contexto nacional, em articulação com os compromissos internacionais assumidos por Cabo Verde em matéria de boa governação, responsabilidade pública e sustentabilidade.

• FIGURA 3

EMPRESAS PÚBLICAS E PARTICIPADAS DO SPE ANALISADAS,
POR SETOR DE ATIVIDADE E RESPECTIVA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
DETIDA PELO ESTADO (%)



// 3.1. ANÁLISE AGREGADA DO DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DAS EMPRESAS DO SPE



A análise consolidada do SPE, relativa ao 3.º trimestre de 2024, foi desenvolvida com base nas contas trimestrais não auditadas submetidas pelas empresas públicas e empresas participadas pelo Estado. Este exercício analítico cumpre rigorosamente os deveres de reporte financeiro exigidos às empresas do SPE, em linha com a política nacional de transparéncia financeira, controlo do risco fiscal e as obrigações de reporte à UASE.

O presente relatório abrange um total de 35 empresas analisadas, com exceção da empresa APN, que não cumpriu os deveres de reporte, e das empresas TICV e SONERF, atualmente inativas. Adicionalmente, refira-se o impacto da reestruturação do setor energético, com a cisão da ELECTRA em maio de 2024¹ e a subsequente constituição de três novas entidades – EDEC, EPEC e ONSEC – em junho do mesmo ano.

Das empresas analisadas, 31 integram a carteira principal do SPE, caracterizada por uma participação estatal superior a 51% do capital social. A análise baseou-se nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Sistema Nacional de Contabilidade e Registo Financeiro (SNCRF), conforme os princípios das *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

No que se refere ao desempenho económico e financeiro do setor, os resultados do 3.º trimestre de 2024 evidenciam uma evolução negativa da maioria dos indicadores, com exceção do Volume de Negócios (VN), do Ativo e do Capital Próprio. Os indicadores de rentabilidade e o Resultado Líquido registaram deterioração face ao período homólogo, refletindo desafios significativos na sustentabilidade financeira de parte do setor.

Esta análise representa um instrumento crucial de acompanhamento e diagnóstico, visando reforçar a governação económica, melhorar a

eficiência operacional das empresas públicas e assegurar a sustentabilidade orçamental e financeira do Estado.

• TABELA 4

RESUMO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV E %)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios/ Turnover	10 148 197	16 654 108	15 638 306
Var.%	64,1%	54,1%	
Tx. Realização		93,9%	
%PIB	15,3%	24,3%	22,8%
Valor acrescentado bruto/Gross margin	3 589 607	3 677 173	3 051 066
Var.%	2,4%	-15,0%	
Tx. Realização		83,0%	
%PIB	5,4%	5,4%	4,4%
EBITDA	2 302 802	1 998 674	1 667 577
Var.%	-13,2%	-27,6%	
Tx. Realização		83,4%	
%PIB	3,5%	2,9%	2,4%
EBIT	1 168 533	857 507	476 793
Var.%	-26,6%	-59,2%	
Tx. Realização		55,6%	
%PIB	1,8%	1,2%	0,7%
Resultado líquido/ Net income	310 499	224 578	-193 830
Var.%	-27,7%	-162,4%	
Tx. Realização		-86,3%	
%PIB	0,5%	0,3%	-0,3%
Ativo/Asset	135 306 316	131 542 394	139 457 893
Var.%	-2,8%	3,1%	
Tx. Realização		106,0%	
%PIB	51,3%	46,8%	49,6%
Passivo/Liability	122 709 093	92 153 204	112 515 038
Var.%	-24,9%	-8,3%	
Tx. Realização		122,1%	
%PIB	46,5%	32,8%	40,0%
Capital próprio/Equity	12 597 224	39 389 190	26 942 856
Var.%	212,7%	113,9%	
Tx. Realização		68,4%	
%PIB	4,8%	14,0%	9,6%

1 – Decreto-lei nº 34/2022: Autoriza a Electra S.A a proceder à extinção da Electra Sul e da Electra Norte, e autoriza a constituição de novas sociedades anónimas, por meio de cisão simples da Electra S.A.

// 3.1.1 VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)

No 3.º trimestre de 2024, o VN das empresas do SPE registou um crescimento expressivo de 54,1% face ao período homólogo, totalizando 15.638.306 mECV. Este resultado representa uma taxa de execução de 93,9% em relação ao montante orçamentado para o período em análise, refletindo, em parte, os sinais positivos de recuperação económica e o fortalecimento da atividade empresarial no país durante o trimestre em referência.

Como resultado deste desempenho, observou-se um aumento significativo do peso relativo das empresas do SPE no PIB nacional, com um acréscimo estimado em cerca de 7,5 p.p. face ao mesmo trimestre de 2023.

Por outro lado, importa destacar que, na sequência da decisão estratégica do Governo relativa à cisão da empresa ELECTRA, S.A., registou-se um impacto relevante no desempenho global do setor, com uma redução de 2.882.560 mECV no VN. Em contrapartida, as novas entidades criadas – EPEC, EDEC e ONSEC – contribuíram com um VN agregado de aproximadamente 7.647.033 mECV. No entanto, importa sublinhar que, por se tratar de empresas recém-criadas, a comparação

homóloga direta é limitada, afetando a leitura completa da variação anual.

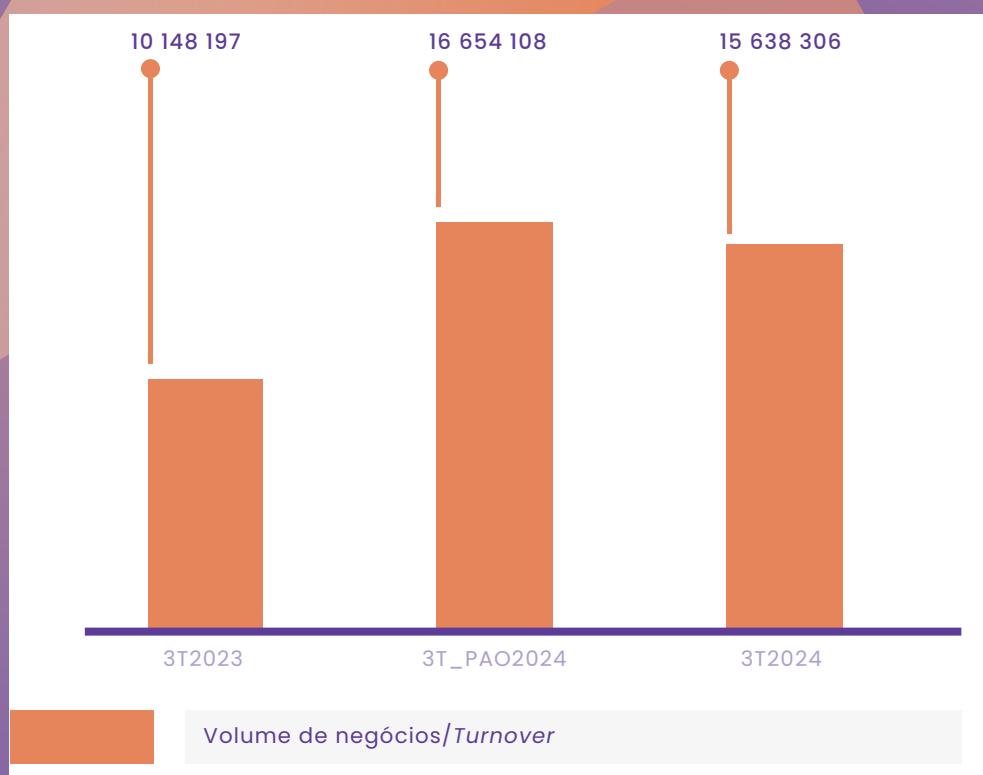
Para além do impacto estrutural da reconfiguração do setor energético, outras empresas desempenharam um papel decisivo na evolução positiva do VN do SPE. Destacam-se, em particular, as empresas como a TACV, AEB, EMPROFAC, ICV e RTC responsáveis, no seu conjunto, por 94,9% do crescimento positivo deste indicador.

Por outro lado, algumas empresas registaram desempenhos menos favoráveis, nomeadamente a ASA, CVT, CABEÓLICA, CVB e CABNAVE, que contribuíram negativamente para a variação do VN do setor, sendo responsáveis por 79,0% da variação negativa observada no período.

Esta análise demonstra o dinamismo e a complexidade do SPE, revelando sinais encorajadores de recuperação e crescimento, mas também desafios persistentes em segmentos específicos, que deverão ser abordados com políticas orientadas para a eficiência, sustentabilidade e modernização empresarial.

• FIGURA 4

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS DAS EMPRESAS DO SPE
(EM mECV)



// 3.1.2 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas do SPE registou uma redução de 15,0% em comparação com o período homólogo, fixando-se em 3.051.066 mECV. Este montante corresponde a 83,0% da meta orçamentada para o período em análise, representando 4,4% do PIB nacional.

A análise da distribuição do VAB revela dinâmicas distintas entre os diferentes subsetores do SPE. Em termos de variação positiva, destacaram-se as empresas como a CCV, AdS, AEB e EDEC, que, em conjunto, foram responsáveis por 80,0% do crescimento agregado positivo do VAB, com uma contribuição total aproximada de 427.150 mECV.

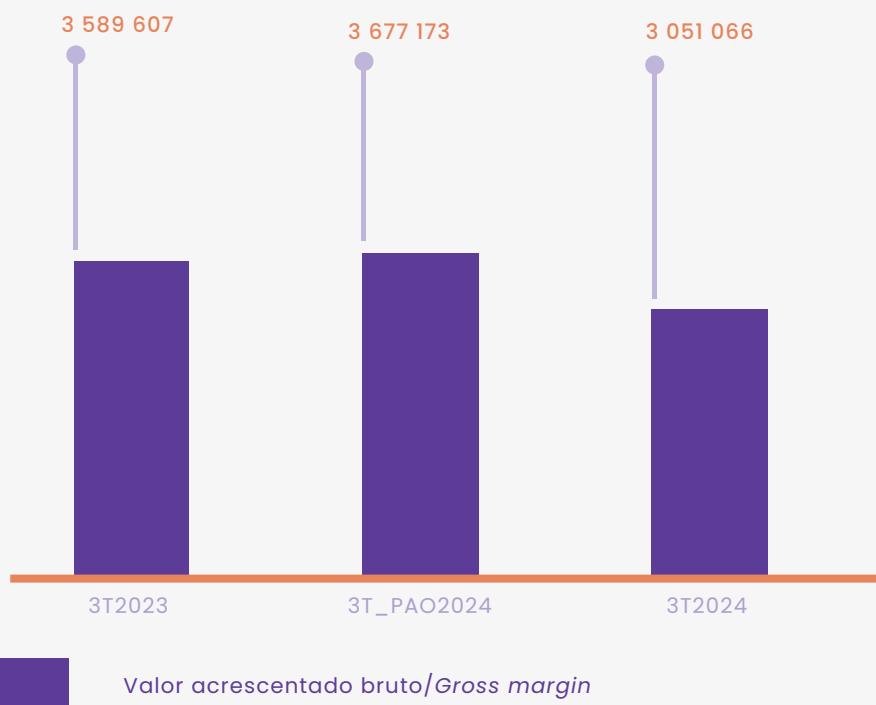
Em contrapartida, registaram-se desempenhos negativos em várias entidades estratégicas, nomeadamente a CABEÓLICA, ECV, ELECTRA, SISP e TACV, que representaram 90,1% da variação negativa total do VAB do SPE, com

uma contribuição negativa conjunta estimada em 966.748 mECV.

Este resultado reflete pressões estruturais e operacionais em segmentos críticos do setor empresarial do Estado, evidenciando a necessidade de ações corretivas específicas e reformas orientadas para o reforço da eficiência e criação de valor nas empresas com maior impacto económico. Simultaneamente, os desempenhos positivos observados em algumas empresas comprovam o potencial de geração de valor quando associadas a uma gestão eficaz, estabilidade operacional e modelos de negócio sustentáveis.

• FIGURA 5

EVOLUÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO BRUTO DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV)



// 3.1.3 EBITDA

No 3.º trimestre de 2024, a capacidade do SPE para gerar fluxos de caixa a partir das suas atividades operacionais, medida pelo *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA), ascendeu a 1.667.577 mECV, refletindo uma deterioração de 27,6% face ao mesmo período do ano anterior.

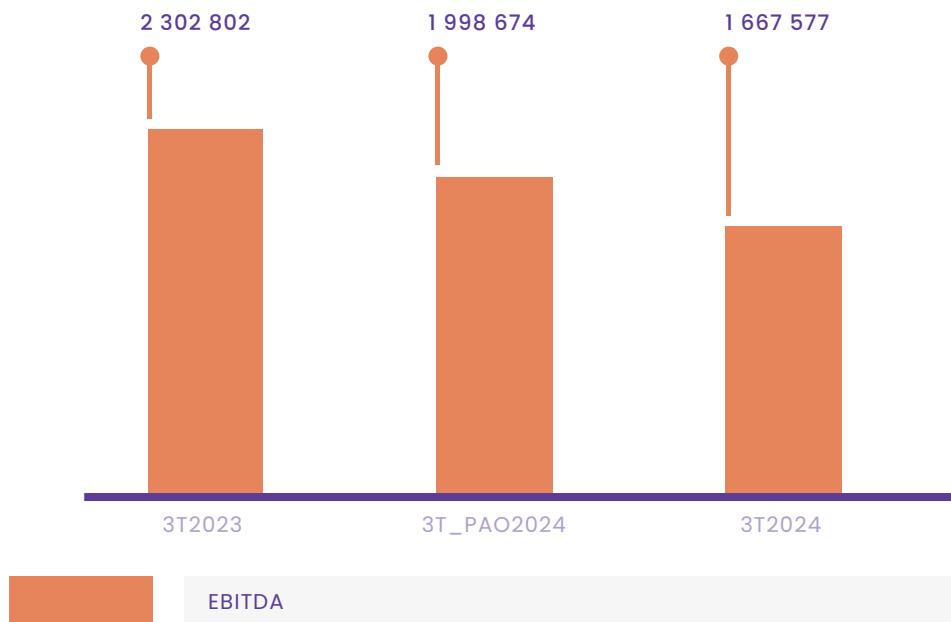
Este desempenho traduz um recuo significativo na eficiência operacional agregada do SPE, com implicações diretas na sustentabilidade económico-financeira de várias entidades. Entre as empresas analisadas, quinze registaram EBITDA negativo, acumulando um total de 844.641 mECV em resultados operacionais adversos.

Destacam-se, neste contexto, três empresas – TACV, ELECTRA, e NOSi – que, em conjunto, concentraram cerca de 89,5% do EBITDA negativo do setor. Este resultado evidencia fragilidades estruturais e desafios operacionais persistentes nestas entidades, que exigem uma resposta estratégica orientada para melhoria da eficiência económica.

A evolução registada reforça a importância de intervenções direcionadas e sustentadas que garantam a estabilidade financeira do SPE, promovam a sua capacidade de autofinanciamento e contribuam para a redução dos riscos fiscais associados à atividade das empresas públicas.

• FIGURA 6

EVOLUÇÃO DO EBITDA DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV)



// 3.1.4 EBIT

No 3.º trimestre de 2024, o desempenho operacional do SPE, medido pelo *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT), acompanhou a tendência de contração já observada ao nível do EBITDA, registando uma redução de 59,2% face ao período homólogo. O valor ajustado do EBIT passou de 1.168.533 mECV para 476.793 mECV, traduzindo uma taxa de execução de apenas 55,6% em relação ao valor orçamentado para o período.

A análise do indicador revela que 19 empresas registaram resultados operacionais negativos, totalizando 1.244.561 mECV de prejuízos operacionais. Entre estas, destacam-se a TACV, CABEÓLICA, CVFF, NOSI, ELECTRA e EPEC, que, em conjunto, foram responsáveis por 93,6% da

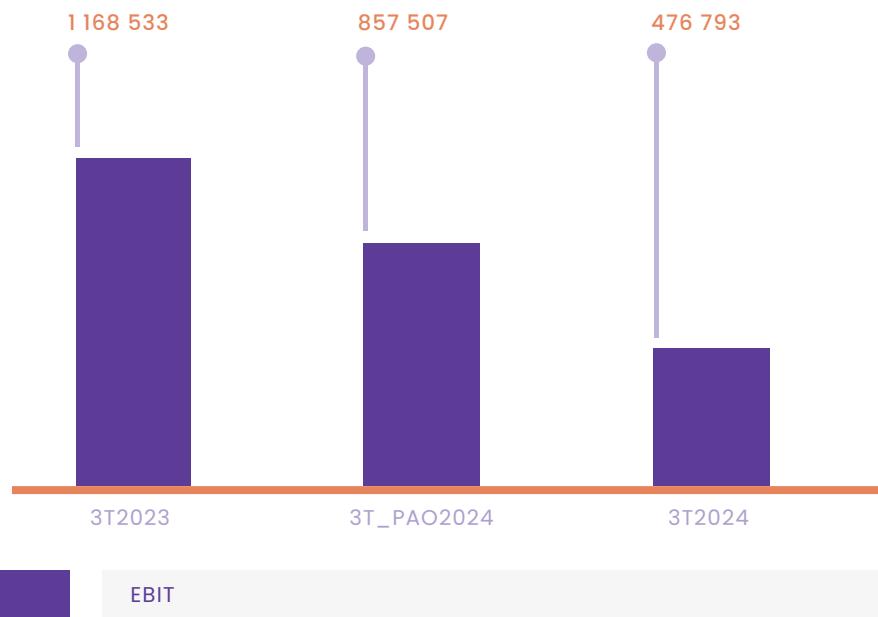
contribuição negativa ao EBIT consolidado do setor.

Apesar deste cenário, é importante realçar o desempenho positivo das restantes empresas do SPE, que, no seu conjunto, alcançaram um EBIT agregado positivo de 1.721.354 mECV. Este resultado favorável foi impulsionado, sobretudo, pelas empresas ASA, CVT, IFH, ENAPOR e EDEC, as quais representaram 83,6% do EBIT positivo do período.

Este desempenho evidencia a natureza assimétrica da performance operacional dentro do SPE, refletindo tanto as vulnerabilidades estruturais de determinadas entidades, como o potencial de rentabilidade e sustentabilidade de outras.

• FIGURA 7

EVOLUÇÃO DO EBIT DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV)



// 3.1.5 RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido consolidado do SPE registrou um valor negativo de 193.830 mECV, refletindo uma deterioração significativa de 162,4% face ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho evidencia uma pressão crescente sobre a rentabilidade do setor, com implicações relevantes para a sua sustentabilidade financeira.

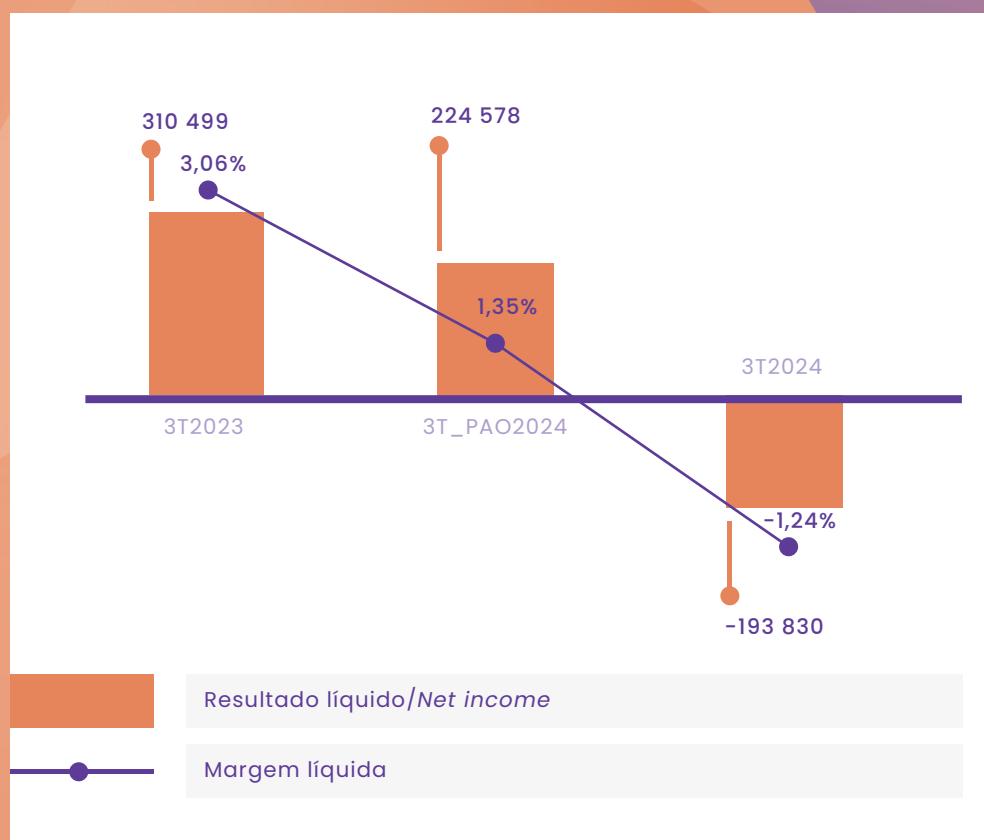
Do universo de empresas analisadas, 19 entidades apresentaram resultados líquidos negativos, totalizando perdas acumuladas de 1.557.003 mECV. As principais responsáveis por este desempenho adverso foram as empresas CABEÓLICA, TACV, CVFF, ELECTRA, NOSI, SDTIBM e EPEC, que, em conjunto, representaram 92,4% do resultado líquido negativo do SPE no período em análise.

Em contrapartida, 17 empresas registraram resultados líquidos positivos, com um valor agregado de 1.363.174 mECV. Entre as que mais contribuíram para este resultado positivo destacam-se as empresas ASA, CVT, SISP, ENAPOR, IFH e EDEC, que, no seu conjunto, foram responsáveis por 90,7% do resultado líquido positivo do setor.

Paralelamente, o indicador da margem líquida, que avalia a capacidade das empresas para gerar lucro a partir das suas receitas, registou uma degradação de 4,30 p.p, passando de 3,06% no 3.º trimestre de 2023 para -1,24% no mesmo período de 2024. Esta evolução reforça os sinais de fragilidade na estrutura de rentabilidade de várias entidades do SPE, exigindo atenção redobrada na gestão de custos, eficiência operacional e orientação estratégica.

• FIGURA 8

EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV E %)



// 3.1.6 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A posição patrimonial do SPE é determinada pela análise dos principais elementos da estrutura do balanço (ativo, passivo e capital próprio) do SPE.

• TABELA 5

PESO DAS SUBCLASSES/RUBRICAS DO BALANÇO AGREGADO DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV E %)

Estrutura do balanço	3T2023		3T_PAO2024		3T2024	
	mECV	%	mECV	%	mECV	%
Ativo	135 306 316	100,0%	131 542 394	100,0%	139 457 893	100,0%
Ativo não corrente	70 231 628	51,9%	87 458 025	66,5%	77 717 533	55,7%
Ativo corrente	65 074 688	48,1%	44 084 371	33,5%	61 740 360	44,3%
Passivo	122 709 093	90,7%	92 153 204	70,1%	112 515 038	80,7%
Passivo não corrente	67 764 862	50,1%	48 715 485	37,0%	54 996 943	39,4%
Passivo corrente	54 944 231	40,6%	43 437 720	33,0%	57 518 090	41,2%
Capital próprio	12 597 224	9,3%	39 389 190	29,9%	26 942 856	19,3%
Passivo + Cap, próprio	135 306 316	100,0%	131 542 394	100,0%	139 457 893	100,0%

No período em análise, o total do ativo do SPE atingiu os 139.457.893 mECV, refletindo um crescimento de 3,1% face ao período homólogo. Este valor representa 106,0% do montante estimado para o período, evidenciando uma performance global acima do previsto.

A composição do ativo do SPE revela uma estrutura equilibrada, sendo 44,3% constituída por ativos correntes e 55,7% por ativos não correntes, o que denota uma sólida base patrimonial. Importa referir que estes resultados foram alcançados apesar de algumas limitações no reporte de informação, nomeadamente por parte da empresa APN, que não cumpriu com as suas obrigações de prestação de contas, e das empresas TICV e SONERF, cuja atividade foi descontinuada.

O aumento registado no valor global dos ativos do SPE deve-se, essencialmente, à evolução patrimonial positiva de um conjunto de empresas, com especial destaque para a ASA, AdS, ECV, EMAR, AEB e SISP, que demonstraram uma gestão financeira e operacional eficaz.

Adicionalmente, no seguimento do processo de cisão da ELECTRA, S.A., parte do seu património foi transferido para as novas entidades EPEC, EDEC e ONSEC. O total de ativos registado por estas três empresas no período em referência ascendeu a 9.210.369 mECV.

Este desempenho reforça a tendência de consolidação do setor e demonstra a capacidade do SPE em gerar valor e contribuir para o desenvolvimento económico nacional, mesmo num contexto marcado por desafios de diversa ordem.

• TABELA 6

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO AGREGADO DAS EMPRESAS DO SPE
(EM mECV E %PIB)

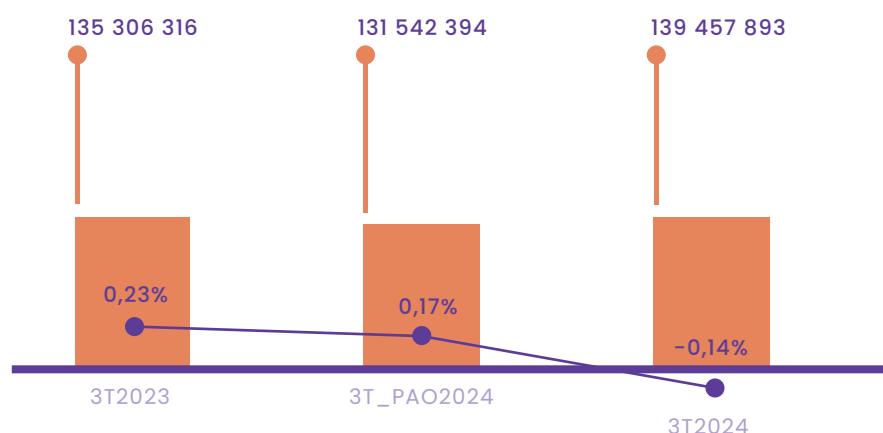
Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Ativo/Asset	135 306 316	131 542 394	139 457 893
Var.%		-2,8%	3,1%
Tx. Realização			106,0%
%PIB	51,3%	46,8%	49,6%
Passivo/Liability	122 709 093	92 153 204	112 515 038
Var.%		-24,9%	-8,3%
Tx. Realização			122,1%
%PIB	46,5%	32,8%	40,0%
Capital próprio /Equity	12 597 224	39 389 190	26 942 856
Var.%		212,7%	113,9%
Tx. Realização			68,4%
%PIB	4,8%	14,0%	9,6%



No que se refere ao *Return on Assets* (ROA) – indicador que mede a taxa de retorno dos resultados líquidos em relação ao total dos ativos –, observou-se um ligeiro agravamento de 0,37 p.p. face ao período homólogo. O ROA passou de 0,23% no 3º trimestre de 2023 para 0,14% no 3º trimestre de 2024, refletindo uma menor eficiência na utilização dos ativos para gerar resultados líquidos.

• FIGURA 9

EVOLUÇÃO DO ATIVO E DO ROA DAS EMPRESAS DO SPE
(EM mECV E %)



Por outro lado, o capital próprio do SPE registou uma evolução muito significativa, com um crescimento de 113,9% face ao mesmo período do ano anterior, representando 9,6% do PIB nacional. Este crescimento robusto traduziu-se num capital próprio agregado de 26.942.856 mECV, representando 19,3% da estrutura do balanço do SPE no período em análise.

Este desempenho positivo está intrinsecamente ligado ao plano de reestruturação da empresa ELECTRA, que incluiu, no 2º trimestre de 2024, a conversão de empréstimos de retrocessão em prestações acessórias, bem como, no período agora em análise, a cisão da empresa em quatro novas entidades jurídicas. Como resultado, o capital próprio da ELECTRA, S.A. aumentou de 7.086.285 mECV negativos no 3º trimestre de 2023 para 4.517.481 mECV positivos no 3º trimestre de 2024, com a transferência de parte do património para as novas empresas:

- EPEC: 2.813.826 mECV
- EDEC: 167.128 mECV
- ONSEC: -12.352 mECV (capital próprio negativo)

No entanto, à exceção das entidades referidas anteriormente, o reforço do capital próprio do SPE foi também impulsionado por empresas como a ASA, CVT e IFH.

Em contrapartida, empresas como TACV, AdS, CVFF, CERMI, ECV e AEB exerceram um impacto negativo substancial,

representando 71,0% da deterioração verificada no capital próprio global do setor. Este desempenho reflete fragilidades estruturais e operacionais que carecem de atenção e intervenção estratégica.

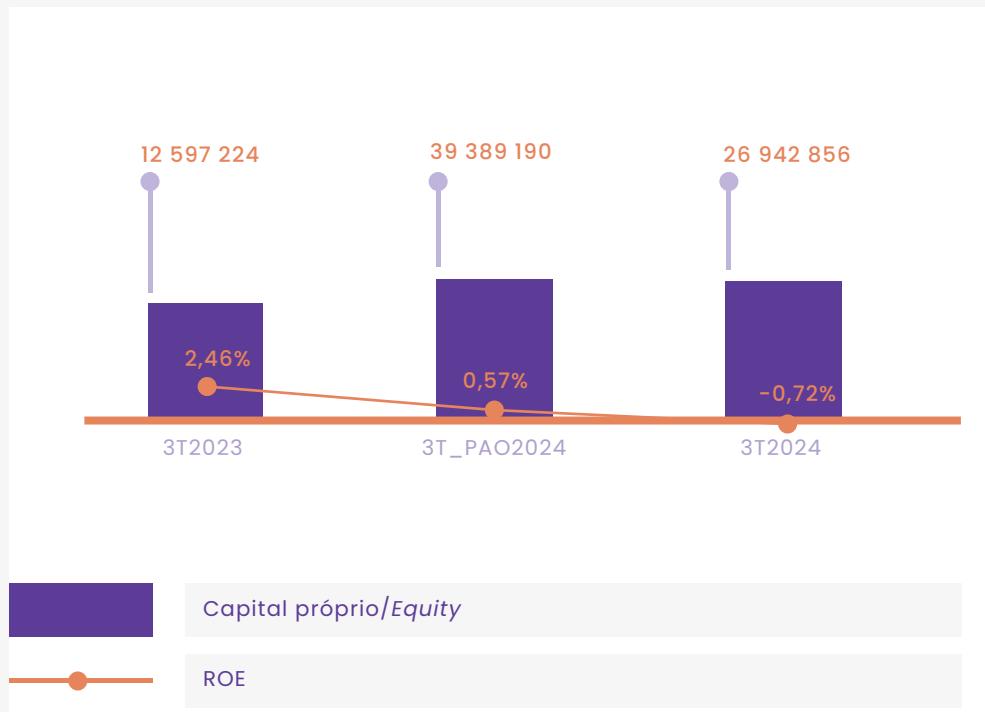
Do ponto de vista da variação homóloga percentual, as maiores reduções no capital próprio foram observadas nas empresas como a SCS (-563,7%), ECV (-196,0%), CERMI (-94,0%), NEWCO (-49,5%), SDTIBM (-40,9%), EMAR (-34,9%), AEB (-33,9%) e ICV (-30,1%).

Relativamente ao *Return on Equity (ROE)* – que avalia a rentabilidade do capital próprio investido –, registou-se uma redução acentuada de 3,18 p.p. entre o 3º trimestre de 2023 e o mesmo período de 2024, passando de 2,46% para -0,72%, o que reflete o impacto direto do resultado líquido negativo do SPE na rentabilidade do capital próprio investido no setor.

Este conjunto de indicadores evidencia, por um lado, progressos importantes ao nível da estrutura de capital, nomeadamente no reforço da solvabilidade de algumas entidades estratégicas, e, por outro, desafios relevantes em matéria de rentabilidade e sustentabilidade económico-financeira.

• FIGURA 10

EVOLUÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS E DO ROE DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV E %)



No período em análise, o passivo total do SPE ascendeu a 112.515.038 mECV, correspondendo a 80,7% do total do ativo do setor. Este valor representa uma redução de 8,3% face ao período homólogo, refletindo um esforço relevante de consolidação financeira e de diminuição da exposição ao endividamento.

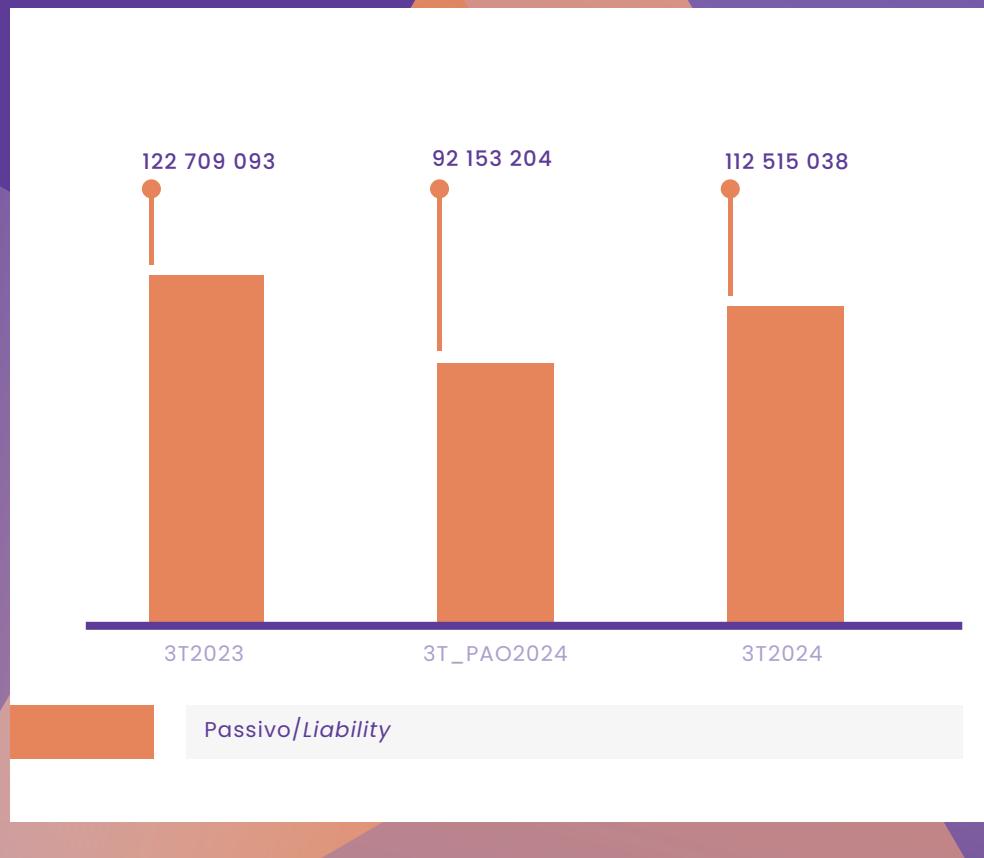
Do total do passivo, destaca-se que aproximadamente 39,6% – equivalente a 44.556.749 mECV – corresponde a passivo financeiro, nomeadamente empréstimos bancários e emissões obrigacionistas. Este indicador evidencia a importância da

componente financeira na estrutura de capital do setor, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade de estratégias contínuas de gestão prudente da dívida.

A evolução registada neste período demonstra um compromisso crescente com a sustabilidade financeira e com o reforço da resiliência económico-institucional das empresas públicas, em linha com os objetivos de estabilidade macroeconómica.

• FIGURA 11

EVOLUÇÃO DO PASSIVO DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV)



// 3.1.7 PASSIVO CONTINGENTE

A evolução e o volume do passivo contingente do SPE, quer na sua relação com o PIB, quer na sua trajetória ao longo do tempo, constituem uma preocupação crescente no âmbito da gestão do risco macroeconómico do país. Este tipo de passivo está diretamente condicionado à concretização das premissas de crescimento económico e à capacidade das empresas públicas de cumprirem, de forma sustentável, os compromissos financeiros assumidos.

Importa salientar que os dados relativos ao stock de avales concedidos no período em análise não incluem a empresa APN, em virtude do incumprimento das obrigações de reporte, o que limita a abrangência total da avaliação.

No 3º trimestre de 2024, o stock do passivo contingente, avaliado com base nos avales emitidos pelo Estado, totalizou 22.306.144 mECV, registando uma ligeira redução de 0,3% face ao período homólogo. Este valor representa 19,8% do passivo total do SPE e corresponde a 8,0% do PIB nacional, o que confirma a relevância estrutural deste indicador no contexto das finanças públicas.

A redução verificada no stock global de passivo contingente resulta, em grande parte, da diminuição dos avales associados a empresas como:

- TACV: -626.144 mECV
- NEWCO: -294.669 mECV
- IFH: -191.810 mECV
- CVT: -168.836 mECV

É de destacar que, apesar de uma redução homóloga no seu stock de garantias, a empresa IFH foi a única entidade a beneficiar da emissão de novos avales durante o período em análise, no montante de 331.812 mECV.

Estes dados sublinham a importância de reforçar os mecanismos de monitorização, transparéncia e controlo do risco fiscal implícito associado às garantias soberanas, promovendo simultaneamente uma gestão mais criteriosa e seletiva da concessão de avales públicos. Tal abordagem é fundamental para salvaguardar a estabilidade macroeconómica e preservar a credibilidade do Estado enquanto emissor de garantias de última instância.

• TABELA 7

STOCK DOS AVALES PRESTADOS (EM mECV E % DO PIB)

Empresas	3T2023	3T2024	Var.3T2024/3T2023 (%)
AdR	-	-	
Ads	1 113 901	1 085 149	↓ (2,6%)
AEB	710 825	713 282	↑ 0,3%
APN	-	-	
ASA	229 420	1 227 781	↑ 435,2%
BVC	-	-	
CABEÓLICA	-	-	
CABNAVE	-	59 443	
CCV	-	-	
CERMI	12 890	11 123	↓ (13,7%)
CVB	-	-	
CVFF	-	-	
CVII		-	
CVT	2 000 531	1 831 695	↓ (8,4%)
ECV	-	-	
EHTCV	-	-	
ELECTRA	5 668 869	5 830 648	↑ 2,9%
EMPROFAC	-	-	
ENAPOR	16 892	-	↓ (100,0%)
FIC	-	-	
ICV	728 827	577 706	↓ (20,7%)
IFH	366 810	175 000	↓ (52,3%)
INCV	253 000	250 783	↓ (0,9%)
INFORPRESS	-	-	
LEC	-	-	
NEWCO	3 498 575	3 203 906	↓ (8,4%)
NOSI	32 281	114 767	↑ 255,5%
RTC	110 000	110 000	0,0%
SCS	18 568	17 431	↓ (6,1%)
SDTIBM	1 153 443	1 262 190	↑ 9,4%
SISP	-	-	
SONERF	-	-	
TACV	6 461 385	5 835 241	↓ (9,7%)
EPEC	-	-	
EDEC	-	-	
ONSEC	-	-	
TECHPARK	-	-	
TICV	-	-	
Total de Avales	22 376 217	22 306 144	↓ (0,3%)
Var.%		-0,31%	
%PIB	8,5%	7,9%	-0,55p.p.



No período em análise, duas empresas do SPE mantinham empréstimos de retrocessão registados nos seus balanços, totalizando 9.659.919 mECV. A distribuição deste montante é a seguinte:

- IFH: 8.360.679 mECV
- ENAPOR: 1.299.239 mECV

Este stock representa 8,6% do passivo total do SPE e reflete uma redução homóloga significativa de 59,5%, evidenciando o impacto positivo da implementação dos planos de reembolso definidos para estas entidades, bem como os efeitos da restruturação financeira da Electra S.A.

A diminuição verificada é indicativa do cumprimento rigoroso das obrigações financeiras por parte das empresas envolvidas, reforçando o compromisso institucional com a disciplina orçamental e a gestão sustentável do endividamento público indireto.

Este desempenho está alinhado com os objetivos definidos nas metas fiscais e financeiras do SPE, sendo essencial assegurar o acompanhamento contínuo e rigoroso da execução dos planos de reembolso, por forma a garantir a sustentabilidade da dívida pública no contexto do SPE e a resiliência das finanças públicas nacionais.

// 3.1.8 TRANSAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DO SPE E O ESTADO

O presente relatório apresenta uma análise detalhada das operações financeiras entre o Estado e as empresas do SPE, com especial destaque para os avales concedidos e as transferências realizadas para fins de capitalização. Adicionalmente, foram avaliadas as obrigações fiscais das empresas do setor, com base nos impostos pagos no 3º trimestre de 2024.

As empresas do SPE, pela sua natureza estratégica e pelo papel que desempenham na prossecução de objetivos de interesse público, beneficiam de condições de crédito preferenciais, facilitadas pelo apoio estatal. Este apoio tem como finalidade a redução dos encargos financeiros e a mitigação de riscos para o sistema financeiro nacional, contribuindo simultaneamente para a implementação eficaz dos planos de reestruturação financeira destas entidades.

O Estado, enquanto principal acionista, assume uma posição de relevo na distribuição e gestão de riscos junto das instituições credoras, assegurando o acesso a instrumentos financeiros em condições favoráveis e promovendo uma gestão mais eficiente, responsável e sustentável dos recursos públicos e patrimoniais.

Durante o terceiro 3º trimestre de 2024, o montante global de avales concedidos pelo Estado ascendeu a 331.812 mECV, tendo beneficiado exclusivamente a empresa IFH. Em paralelo, as transferências de capital para efeitos de capitalização totalizaram 205.089 mECV, traduzindo-se numa redução de 33,9% face ao período homólogo, em linha com o esforço de consolidação fiscal e racionalização da despesa pública.

Estes indicadores evidenciam a orientação estratégica das políticas públicas dirigidas ao setor empresarial do Estado, ajustadas às necessidades de financiamento e mitigação de risco, e refletindo uma abordagem cada vez mais seletiva, transparente e orientada para resultados no apoio estatal às empresas públicas.

O quadro abaixo sintetiza os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Estado no apoio ao SPE durante o período em análise, nomeadamente os avales prestados para operações de crédito junto da banca e os montantes alocados à capitalização de empresas públicas.

• TABELA 8

TRANSAÇÕES DO ESTADO PARA AS EMPRESAS DO SPE
(EM mECV E %)

Empresas	3T2023	3T2024	Var. 3T2024/3T2023 (%)
Avalés	1 283 660	381 812	↓ (70,3%)
Capitalização	310 122	205 089	↓ (33,9%)

- As solicitações de avales por parte das empresas do SPE, previamente referidas, visaram assegurar o acesso ao financiamento junto das instituições bancárias, com o objetivo de viabilizar a execução dos respetivos planos de atividades e responder a necessidades financeiras imediatas, tanto ao nível da gestão corrente como dos planos de investimento.

• TABELA 9

AVALES PRESTADAS PELO ESTADO ÀS EMPRESAS DO SPE
(EM mECV)

Empresas	Ano	Montante	Banco Credor	Resolução/Despacho
IFH	3t2024	331 811,65 ECV	CECV	Resolução nº 58/2024, de 4 de julho, Boletim Oficial nº 63, I Série

No âmbito das operações diretas do Estado em benefício do setor, destaca-se os aportes de capital realizados nas empresas NEWCO e AdR, nos montantes de 199.089 mECV e 6.000 mECV, respectivamente. Estas transferências representam uma redução agregada de cerca de 33,9% face ao período homólogo, refletindo uma abordagem mais criteriosa e racional na afetação de recursos públicos.

• TABELA 10

CAPITALIZAÇÕES REALIZADAS PELO ESTADO ÀS EMPRESAS DO SPE (EM mECV)

Empresas	3T2023	3T2024
AdR	0	6 000
AEB	62 851	0
NEWCO	247 271	199 089
Total	310 122	205 089
Var.%		-33,9%
%PIB	0,5%	0,3%

Por outro lado, no que diz respeito às operações das empresas do SPE em favor do Estado, observou-se um montante total de 560.004 mECV em impostos liquidados no terceiro trimestre de 2024, o que representa um acréscimo de 41,1% face ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento assinalável traduz uma melhoria do desempenho fiscal das empresas públicas, reforçando a sua

contribuição para o financiamento das políticas públicas e para o equilíbrio das contas do Estado.

Estes resultados demonstram a eficácia crescente do modelo de relacionamento financeiro entre o Estado e o SPE, baseado na responsabilização, sustentabilidade e maximização do valor económico e social gerado pelas empresas públicas.



• TABELA 11

TRANSAÇÕES DAS EMPRESAS DO SPE PARA O ESTADO
(EM mECV E %)

	3T2023	3T2024
Impostos recebidos	397 014	560 004
Total	397 014	560 004
Var.%		41,1%
%PIB	0,6%	0,8%

// 3.1.9 RISCO MACRO FISCAL

O nível atual do passivo contingente das empresas do SPE, em articulação com a evolução dos principais indicadores de estrutura de capital — nomeadamente a rentabilidade, liquidez, endividamento e solvência — representa um risco relevante tanto para a saúde financeira das próprias empresas, como para a exposição fiscal e orçamental do Estado.

Não obstante este enquadramento, a concessão de garantias públicas a empresas do SPE e outras entidades do setor público constitui um instrumento estratégico de elevada relevância, ao permitir, por um lado, a redução dos custos de financiamento, o reforço da confiança das entidades credoras e a garantia de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais. Por outro lado, este mecanismo tem também como finalidade estimular a atividade económica e dinamizar setores estratégicos para o crescimento económico sustentável e inclusivo do país.

Contudo, e apesar dos benefícios económicos e sociais associados à política de garantias, importa reconhecer que o Estado, na qualidade de avalista, assume potenciais responsabilidades financeiras no caso de incumprimento por parte das empresas beneficiárias. Assim, para preservar a estabilidade macroeconómica e fiscal, é imperativo assegurar uma monitorização contínua e rigorosa da sustentabilidade financeira das empresas do SPE.

Este acompanhamento permitirá uma gestão proativa dos riscos contingentes, contribuindo para a transparéncia na gestão das finanças públicas, a resiliência do SPE e a manutenção da confiança dos parceiros nacionais e internacionais nas políticas de governação económica do Estado.

// 3.1.10 FINANCIAMENTO DO ATIVO

Tendo em consideração os recursos financeiros alocados pelo Estado às empresas do SPE, bem como as políticas de gestão de risco atualmente em vigor, procede-se à apresentação de uma análise abrangente da estrutura de balanço do setor.

O principal objetivo desta análise consiste em avaliar a evolução da posição financeira do SPE, examinando de forma integrada as estratégias de mitigação de risco implementadas pelas empresas e a sua eficácia na contenção de riscos fiscais e financeiros. Simultaneamente, serão exploradas alternativas e mecanismos complementares que possam contribuir para uma redução efetiva do risco macrofiscal associado ao setor.

Esta abordagem visa, em última instância, garantir a sustentabilidade financeira do SPE, reforçar a proteção das finanças públicas e assegurar uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos, em conformidade com os princípios de boa governança, rigor orçamental e disciplina financeira.

Ao alinhar esta avaliação com as melhores práticas internacionais de supervisão e controlo financeiro, pretende-se dotar o SPE de maior resiliência, transparência e capacidade de resposta.

• FIGURA 12

FINANCIAMENTO DO ATIVO DAS EMPRESAS DO SPE

Estrutura do balanço	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
	%	%	%
Ativo	100,0%	100,0%	100,0%
Ativo não corrente	51,9%	66,5%	55,7%
Ativo corrente	48,1%	33,5%	44,3%
Passivo	90,7%	70,1%	80,7%
Passivo não corrente	50,1%	37,0%	39,4%
Passivo corrente	40,6%	33,0%	41,2%
Capital próprio	9,3%	29,9%	19,3%
Passivo + Cap. próprio	100,0%	100,0%	100,0%

// 3.1.11 RENTABILIDADE

A rentabilidade das empresas do SPE é aferida com base num conjunto de indicadores financeiros estratégicos, que permitem analisar a eficiência operacional, o retorno sobre o capital investido e a capacidade das empresas em gerar resultados a partir dos seus ativos e capitais próprios. No presente relatório, são analisados indicadores fundamentais, tais como a Margem Operacional, Margem das Vendas, Margem Líquida, ROA e ROE.

Embora o resultado líquido agregado do período em análise se tenha mantido em terreno positivo, os indicadores de rentabilidade não refletiram um crescimento sustentado em termos homólogos, revelando antes alguma deterioração relativa da performance operacional.

A Margem Operacional, que mede a eficiência da atividade principal das empresas ao comparar as receitas operacionais com os custos operacionais, registou uma quebra de 8,47 p.p. face ao período homólogo, situando-se em 3,05%.

A Margem EBITDA, apesar de permanecer positiva, situou-se em 10,66%, traduzindo uma redução de 12,03 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Margem Líquida, que avalia a capacidade de gerar lucros com base nas vendas realizadas, sofreu uma deterioração de 4,30 p.p., fixando-se em -1,24%, o que evidencia desafios relevantes no controlo dos custos e na maximização da rentabilidade líquida.

No que diz respeito aos rácios de retorno, o ROA registou um ligeiro agravamento de 0,37 p.p., fixando-se em -0,14% no terceiro trimestre de 2024, sinalizando uma rentabilidade negativa dos ativos utilizados. O ROE, por seu turno, apresentou uma diminuição de 3,18 p.p. face ao período homólogo, situando-se em -0,72%, refletindo uma redução do retorno sobre o capital próprio investido.

Estes resultados reforçam a necessidade de adotar medidas estruturantes que melhorem a eficiência operacional e a performance económica das empresas do SPE, com vista à consolidação da sua sustentabilidade financeira e ao reforço do seu contributo para a estabilidade macroeconómica e fiscal do país.

• TABELA 12

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE RENTABILIDADE DAS EMPRESAS DO SPE (EM %)

Indicadores de Rentabilidade (%)	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Margem operacional	11,51%	5,15%	3,05%
Margem EBITDA	22,69%	12,00%	10,66%
Margem líquida	3,06%	1,35%	-1,24%
ROA	0,23%	0,17%	-0,14%
ROE	2,46%	0,57%	-0,72%

// 3.1.12 LIQUIDEZ

Os rácios de liquidez assumem um papel central na avaliação da capacidade das empresas do SPE em honrar atempadamente os seus compromissos financeiros perante credores, fornecedores e demais *stakeholders*. O presente relatório contempla a análise da liquidez geral, liquidez corrente e da evolução do fundo de maneio, permitindo uma leitura integrada da sustentabilidade financeira de curto prazo do setor.

No 3º trimestre de 2024, o fundo de maneio apresentou um saldo positivo de 4.222.270 mECV, embora tenha representado uma redução de 58,32% face ao mesmo período do ano anterior. Não obstante este decréscimo, o desempenho superou de forma significativa o valor orçamentado para o período, gerando um excedente de 3.575.620 mECV.

O rácio de liquidez geral manteve-se superior à unidade, em linha com os níveis observados no período homólogo, o que demonstra uma

estrutura financeira sólida e capaz de cobrir integralmente as obrigações de curto prazo com os ativos totais disponíveis.

Por outro lado, o rácio de liquidez corrente registrou um agravamento de 11,10 p.p., fixando-se em 1,07 unidades. Apesar desta redução, o nível de liquidez corrente mantém-se em patamar suficiente para assegurar a solvência de curto prazo, evidenciando a resiliência do SPE na gestão dos seus compromissos imediatos.

Ainda assim, os resultados obtidos reiteram a importância de um acompanhamento rigoroso da gestão dos ativos e passivos circulantes, de forma a garantir a estabilidade e solidez financeira do setor, minimizando riscos de tesouraria e reforçando a confiança dos parceiros institucionais e investidores.

• TABELA 13

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ DAS EMPRESAS DO SPE (EM mECV E UNIDADE)

Indicadores de Liquidez	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Fundo de maneio (mECV)	10 130 458	646 651	4 222 270
Liquidez geral	1,10	1,43	1,24
Liquidez corrente	1,18	1,01	1,07

// 3.1.13 ENDIVIDAMENTO E SOLVABILIDADE

Os rácios de endividamento e de solvência constituem ferramentas analíticas cruciais para a aferição do grau de exposição financeira das empresas do SPE, quer numa abordagem individual, quer numa perspetiva consolidada. No presente relatório, a avaliação incide sobre quatro indicadores-chave: endividamento geral, endividamento corrente, relação passivo/capital próprio e relação passivo/EBITDA.

No 3º trimestre de 2024, o endividamento geral das empresas do SPE revelou que o passivo representava 80,7% do total do ativo, traduzindo uma redução de 10,01 p.p. face ao período homólogo. Este resultado reflete uma melhoria da estrutura financeira global do setor. Em contrapartida, o endividamento corrente registrou um aumento de 8,73 p.p., atingindo os 93,2%, sinalizando uma maior pressão sobre as obrigações de curto prazo.

A análise qualitativa dos níveis de endividamento demonstra que, embora o volume de passivos possa constituir um fator de risco fiscal para o Estado, é fundamental



reconhecer que as empresas do SPE operam em áreas estratégicas da economia nacional – nomeadamente nos setores da energia, abastecimento de água, finanças, telecomunicações e imobiliário –, exercendo um papel central na prestação de serviços essenciais e na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo de Cabo Verde.

Neste contexto, a avaliação do endividamento das empresas públicas não deve restringir-se apenas à leitura estritamente financeira. É imperativo integrar uma perspetiva sistémica, que

considere o valor estratégico e o impacto social das empresas do SPE. A sua atuação é determinante para assegurar a resiliência económica, a coesão social e a prossecução dos objetivos de políticas públicas.

Assim, impõe-se uma abordagem equilibrada entre a disciplina orçamental e financeira e a necessidade de investimento público estratégico, salvaguardando simultaneamente a sustabilidade fiscal e a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais à população.

• TABELA 14

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E SOLVABILIDADE DAS EMPRESAS DO SPE

Indicadores de Endividamento/Solvabilidade	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Endividamento geral	90,7%	70,1%	80,7%
Endividamento corrente	84,4%	98,5%	93,2%
Passivo/Capital próprio	9,74	2,34	4,18
Passivo/EBITDA	53,29	46,11	67,47

Para além da análise dos indicadores financeiros anteriormente apresentados, foi realizada uma avaliação aprofundada do nível de risco das empresas integrantes do SPE, com recurso à ferramenta *SOE Health Check Tool* do FMI, conforme detalhado nos Anexos 6 e 7 – Risco por Empresa do SPE.

Os resultados desta análise demonstram que o risco associado às empresas do SPE está fortemente correlacionado com a evolução dos respetivos passivos contingentes. Esta interdependência evidencia uma ligação estrutural entre o risco individual das empresas e o risco fiscal de natureza macroeconómica para o Estado, reforçando a necessidade de uma monitorização rigorosa e permanente, bem como de uma gestão prudente e eficaz, que salvaguarde simultaneamente a estabilidade do SPE e a sustabilidade das finanças públicas nacionais.

No 3º trimestre de 2024, o perfil de risco agregado do SPE apresentou uma tendência global não muito favorável. Assim, em termos de classificação, 42,9% das empresas foram avaliadas com um perfil de *high risk*.

Todavia, importa destacar que nove empresas registaram uma melhoria na sua classificação de risco:

- Seis passaram de *very high risk* para *high risk*;
- Uma evoluiu de *very high risk* para *moderate risk*;
- Duas transitaram de *high risk* para *moderate risk*.

Em contrapartida, verificou-se a deterioração do perfil de risco em seis empresas:

- Uma empresa passou de *very low risk* para *high risk*;
- Uma de *low risk* para *very high risk*;
- Uma de *low risk* para *moderate risk*;
- Duas de *moderate risk* para *high risk*;
- Uma de *high risk* para *very high risk*.

Esta evolução confirma a importância crítica da monitorização contínua dos riscos financeiros no universo do SPE, uma vez que potenciais situações de incumprimento ou dificuldades de liquidez por parte destas entidades podem traduzir-se em impactos significativos para as contas públicas e para a estabilidade macroeconómica nacional.

// 4. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DAS 7 MAIORES EMPRESAS DO SPE

4

Nesta secção, procede-se à análise das sete principais empresas do SPE, com o objetivo de apresentar, tanto de forma agregada como individual, a sua contribuição para o setor, bem como os níveis de risco associados às suas operações.

O ano de 2024 será determinante para o SPE, assinalando uma fase de profundas transformações no setor eléctrico e na gestão integrada dos recursos. Este exercício ficará marcado pela implementação de um processo de reestruturação ambicioso e estratégico, alinhado com os compromissos do país em matéria de transição energética, eficiência operacional e sustentabilidade económica.

Destaca-se, neste contexto, a reestruturação da ELECTRA, S.A., que implicou a extinção das unidades regionais ELECTRA Norte e ELECTRA Sul, e a criação de três novas entidades especializadas por área de negócio:

- EDEC, S.A. – dedicada à distribuição de energia;
- EPEC, S.A. – responsável pela produção de energia;
- ONSEC, S.A. – entidade encarregue da comercialização de energia eléctrica.

A ELECTRA, S.A., por sua vez, manter-se-á como entidade central na área do abastecimento e gestão da água.

Este novo modelo societário visa não apenas melhorar a eficiência da cadeia de valor da energia e da água, como também potenciar o investimento privado e internacional, promovendo maior transparéncia, responsabilização e competitividade no setor.

Importa sublinhar que, em linha com o plano de cisão aprovado, as empresas ONSEC e ELECTRA, S.A., assumem um papel de continuidade operacional, preservando a estrutura e os dados comparáveis com o exercício de 2023. Estas entidades serão, portanto, as referências principais para a avaliação do desempenho económico e operacional do ano de 2024.

Esta reconfiguração representa um passo decisivo para a modernização do setor eléctrico nacional, garantindo uma maior robustez institucional, capacidade de atração de investimento e resposta eficaz aos desafios energéticos do futuro.

• FIGURA 13

SETE MAIORES EMPRESAS DO SPE E RESPECTIVA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DETIDA PELO ESTADO (%)



A presente avaliação abrangerá a análise do desempenho económico e financeiro das empresas, com base em indicadores contabilísticos como o VN, EBITDA, EBIT e o resultado líquido. Adicionalmente, será realizada uma análise de risco, considerando os indicadores de rentabilidade, liquidez e endividamento/solvabilidade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela ferramenta SOE Health Check Tool do FMI.

• TABELA 15

PESO DAS 7 MAIORES EMPRESAS DO SPE (EM mECV E %)

Descrição	3T2023		3T_PAO2024		3T2024	
	mECV	%	mECV	%	mECV	%
Volume de negócios	6 449 388	66,3%	7 081 406	60,9%	6 310 735	63,4%
Valor acrescentado bruto	2 278 649	55,1%	1 786 121	45,9%	1 661 842	49,8%
EBITDA	1 326 626	49,3%	885 956	42,5%	968 605	44,6%
EBIT	685 134	51,5%	486 824	56,4%	571 361	54,6%
Resultado líquido	236 867	39,4%	80 806	61,8%	32 654	12,7%
Ativo	64 809 472	53,9%	70 518 242	57,5%	66 481 005	55,5%
Passivo	64 289 712	59,5%	61 552 721	60,4%	53 398 170	54,8%
Capital próprio	519 758	4,2%	8 965 521	43,2%	13 082 834	58,4%

No 3.º trimestre de 2024, as sete principais empresas do SEP registaram um desempenho expressivo, representando 45,3% do VN, 41,1% do VAB e 39,5% da formação do resultado líquido do setor.

O VN agregado destas entidades ascendeu a 7.084.968 mECV, refletindo um crescimento de 4,8% face ao período homólogo. Destacam-se, pela evolução positiva, as empresas TACV, EMPROFAC, IFH e, com crescimentos no VN de 117,0%, 10,5%, e 1,1%, respetivamente. Em sentido inverso, as empresas como a ELECTRA, ASA e ENAPOR registaram quedas no VN de 85,0%, 9,7% e 0,3%, respetivamente.

Importa referir que a nova empresa ONSEC, criada em 2024, limita a possibilidade de comparações homólogas significativas, dada a ausência de dados de referência do período anterior.

No que se refere à estrutura patrimonial, estas sete empresas detinham 46,9% do total do ativo do SEP, concentrando 46,5% do passivo e apresentando um capital próprio conjunto de 13.070.608 mECV, o que corresponde a 48,5% do capital próprio do setor. Contudo, importa sublinhar que a TACV continua a influenciar negativamente a formação do capital próprio agregado do SEP, com um saldo negativo de 13.274.844 mECV, no período em análise.

Relativamente à avaliação de risco, com base na ferramenta SOE Health Check Tool do FMI, observou-se que, no 3.º trimestre de 2024, duas das empresas mantiveram os seus níveis de risco face ao período homólogo. Quatro empresas evidenciaram melhorias significativas nos seus níveis de risco global, enquanto, no caso da empresa recentemente criada, não foi possível proceder à avaliação homóloga do risco.

• FIGURA 14

RISCO DAS 7 MAIORES EMPRESAS DO SPE, 3T 2023, 3T PAO 2024 E 3T 2024

Empresas	Risco Global		
	3T2023	3T2024	3T_PAO2024
ASA	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
ELECTRA	Very High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
EMPROFAC	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
ENAPOR	High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
IFH	High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
TACV	Very High Risk	High Risk	High Risk
ONSEC		High Risk	High Risk



Aeroportos e Segurança Aérea



// 4.1 ASA

A atividade da ASA concentra-se principalmente nos serviços de Navegação Aérea prestados, principalmente, a partir do Centro de Controlo Oceânico na ilha do Sal, e nos serviços de coordenação de slots nos aeroportos.



GESTÃO DA EMPRESA

No período em análise, encontrava-se composta por um Conselho de Administração (CA), com os seguintes membros:

PRESIDENTE:

- Moisés Monteiro

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:

- Amado Alcântara Leitão Brito
- Karine Helena Dias Lopes

SUPLENTE:

- Carla Letízia Ramos Gomes

• TABELA 17

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA ASA (EM mECV E %)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios	1 004 811	891 983	907 497
Var.%	-11,2%	-9,7%	
Tx. Realização		101,7%	
%PIB	1,5%	1,3%	1,3%
Valor acrescentado bruto	904 483	792 546	894 082
Var.%	-12,4%	-1,2%	
Tx. Realização		112,8%	
%PIB	1,4%	1,2%	1,3%
EBITDA	733 647	809 520	770 138
Var.%	10,3%	5,0%	
Tx. Realização		95,1%	
%PIB	1,1%	1,2%	1,1%
EBIT	676 982	743 536	715 795
Var.%	9,8%	5,7%	
Tx. Realização		96,3%	
%PIB	1,0%	1,1%	1,0%
Resultado líquido	482 280	550 192	579 253
Var.%	14,1%	20,1%	
Tx. Realização		105,3%	
%PIB	0,7%	0,8%	0,8%
Ativo	20 081 128	19 971 549	20 896 527
Var.%	-0,5%	4,1%	
Tx. Realização		104,6%	
%PIB	7,6%	7,1%	7,4%
Passivo	7 601 572	6 447 614	6 556 152
Var.%	-15,2%	-13,6%	
Tx. Realização		101,9%	
%PIB	2,9%	2,3%	2,3%
Capital próprio	12 479 555	13 523 935	14 328 374
Var.%	8,4%	14,8%	
Tx. Realização		105,9%	
%PIB	4,7%	4,8%	5,1%

Durante o 3.º trimestre de 2024, registraram-se 15.166 sobrevoos no espaço aéreo sob jurisdição de Cabo Verde, o que representa um crescimento de 4,0% face ao período homólogo. Contudo, os sobrevoos com origem ou destino em Cabo Verde apresentaram uma redução de 7,0%, representando 27,0% do total de tráfego na Região de Informação de Voo (FIR) Oceânica do Sul. Destaca-se que a ligação Madrid–Buenos Aires permaneceu como a rota que mais sobrevoos puros origina, totalizando 845 sobrevoos, enquanto a ligação Lisboa–Praia lidera os sobrevoos com origem/destino nacional.

Em termos de VN, a ASA registou um total de 907.497 mECV, o que traduz uma redução de 9,7% face ao mesmo período de 2023. No entanto, observou-se um desempenho positivo em rubricas específicas:

- As receitas da Taxa de Rota cresceram 11,0%, totalizando 80.306 mECV;
- As receitas da Taxa Nacional de Circulação (TNC) aumentaram 26,0%, para 7.307 mECV;
- Os rendimentos provenientes da Coordenação de Slots apresentaram um desvio de -17,0% face ao estimado para o período.

A cessação da concessão da gestão aeroportuária à ASA, ocorrida a 24 de julho de 2023, teve um impacto expressivo na estrutura de gastos operacionais. No trimestre em análise, os gastos operacionais totais ascenderam a 366.699 mECV, o que representa uma redução de 6,0% face ao valor orçamentado (-22.974 mECV) e uma diminuição de 25,0% em relação ao período homólogo (-125.325 mECV).

Os gastos com fornecimentos e serviços externos totalizaram 183.337 mECV, registrando um desvio negativo de 4,5% face ao orçamento. Enquanto que, os gastos com pessoal fixaram-se em 121.431 mECV, evidenciando um aumento de 2,7% em relação ao 3.º trimestre de 2023.

Como resultado, o VAB da ASA situou-se em 894.082 mECV, o que representa uma redução de 1,2% em termos homólogos, mas atingindo uma taxa de realização de 112,3%.

No que se refere à performance operacional, o EBITDA ascendeu a 770.138 mECV, correspondendo a um aumento de 5,0%. O EBIT, por sua vez, atingiu 715.795 mECV, representando uma variação positiva de 5,7% face ao período homólogo.

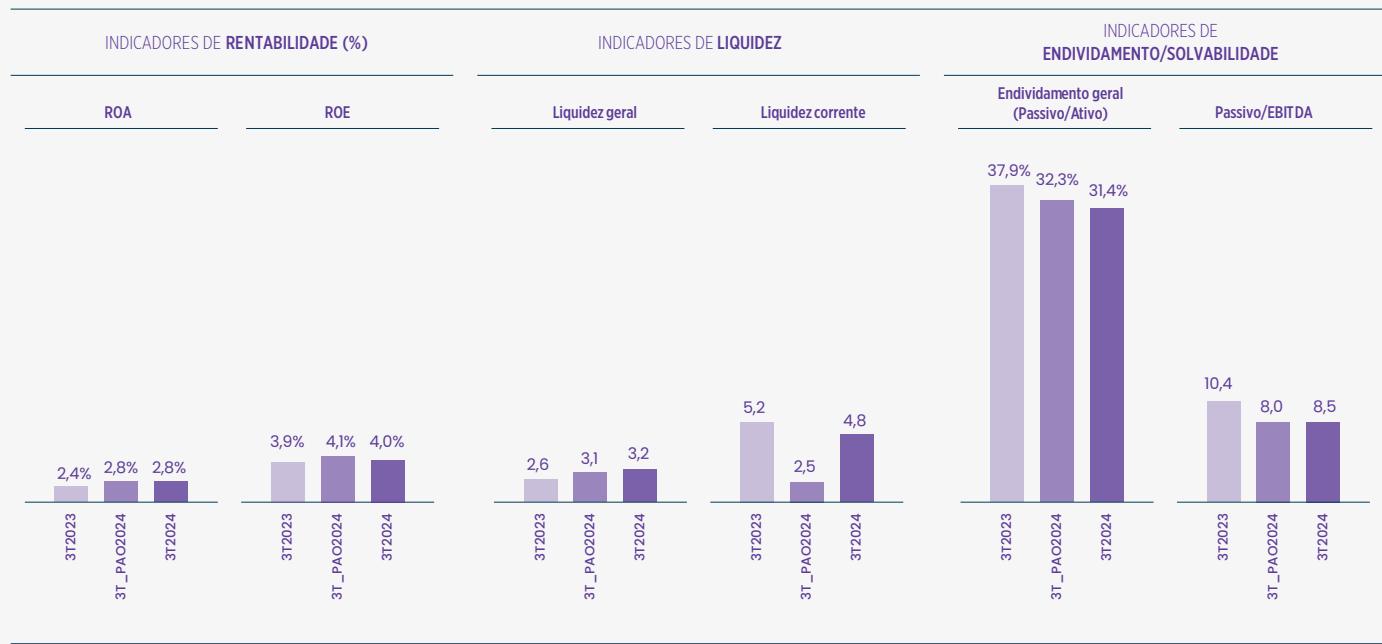
Com isto, o resultado líquido situou-se em 579.253 mECV positivos, o que corresponde a um crescimento de 20,1%, com uma taxa de realização de 105,3%.

A nível patrimonial, os indicadores demonstram melhoria na solidez financeira da empresa. O ativo total aumentou 4,1%, fixando-se em 20.896.527 mECV e o passivo reduziu-se em 13,6%, para 6.568.152 mECV. O capital próprio registou um crescimento robusto de 14,8%, situado em <https://www.youtube.com/watch?v=8ZsEv-v3ITjY> ando-se em 13.328.374 mECV.

Estes resultados refletem a resiliência financeira e operacional da ASA num contexto de transição institucional e reafirmam a sua importância estratégica na gestão do espaço aéreo e no apoio à conectividade regional e internacional de Cabo Verde.

• FIGURA 15

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DA ASA



No 3º trimestre de 2024, a ASA registou uma evolução positiva dos seus principais indicadores de rentabilidade, destacando-se o ROA e o ROE, ambos com desempenhos superiores aos verificados no período homólogo. O ROA atingiu os 2,8%, traduzindo um acréscimo de 0,37 p.p. face ao 3º trimestre de 2023, enquanto o ROE se fixou em 4,0%, refletindo uma melhoria de 0,18 p.p.

No domínio da liquidez, observou-se uma evolução favorável. A liquidez geral e a liquidez corrente registaram valores de 3,2 e 4,8 unidades, respetivamente, revelando um reforço da eficiência da gestão financeira global, com um ganho de 0,54 p.p. relativamente ao mesmo período do ano anterior. Ainda assim, importa referir que a liquidez corrente apresentou um ligeiro decréscimo de 0,43 p.p. em comparação com o 3º trimestre de 2023, justificado por ajustamentos operacionais pontuais.

Em relação à estrutura de capital, a ASA manteve um perfil de endividamento prudente. O rácio de endividamento geral situou-se nos 31,4%, representando uma ligeira redução de 0,06 p.p. face ao trimestre homólogo, reforçando o compromisso da empresa com a sustentabilidade financeira e a solidez patrimonial.

Conclui-se que, no 3º trimestre de 2024, o nível de risco geral da ASA não registou melhorias, mantendo-se classificado como *moderate risk*, à semelhança do período homólogo.

Estes resultados atestam a resiliência da ASA num contexto económico ainda desafiante, refletindo a eficácia das medidas estratégicas implementadas e a robustez dos seus fundamentos operacionais.



// 4.2 ELECTRA

Com o processo de reestruturação, em que foram criadas as novas empresas no dia 1 de junho de 2024, a ELECTRA, sociedade sob a forma jurídica de S.A, detida em 78% pelo Estado, permaneceu com o setor da água e a concessão dos parques solares de Santiago e Sal.



GESTÃO DA EMPRESA

A gestão da Empresa é atribuída a um Conselho de Administração (CA) composto por:

PRESIDENTE:

- Luís Manuel Barbosa Teixeira

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:

- Antão Pedro Pires da Cruz
- Neusa Margarida Lima Ferreira Delgado
- Osvaldino Silva Lopes

ADMINISTRADOR/A NÃO EXECUTIVO/A:

- Delmira Helena Almeida Sousa Veiga

SUPLENTE:

- Gilda Maria Martins de Barros

• TABELA 17

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCIERO DA ELECTRA (EM mECV E %)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios	3 389 266	581 957	506 706
Var.%	-82,8%	-85,0%	
Tx. Realização		87,1%	
%PIB	5,1%	0,8%	0,7%
Valor acrescentado bruto	386 128	-34 210	-185 333
Var.%	-108,9%	-148,0%	
Tx. Realização		541,8%	
%PIB	0,6%	0,0%	-0,3%
EBITDA	301 927	-87 442	-135 427
Var.%	-129,0%	-144,9%	
Tx. Realização		154,9%	
%PIB	0,5%	-0,1%	-0,2%
EBIT	108 410	-131 903	-187 437
Var.%	-221,7%	-272,9%	
Tx. Realização		142,1%	
%PIB	0,2%	-0,2%	-0,3%
Resultado líquido	32 704	-141 706	-234 073
Var.%	-533,3%	-815,7%	
Tx. Realização		165,2%	
%PIB	0,0%	-0,2%	-0,3%
Ativo	22 617 166	16 494 360	18 630 909
Var.%	-27,1%	-17,6%	
Tx. Realização		113,0%	
%PIB	8,6%	5,9%	6,6%
Passivo	29 703 451	9 864 541	14 113 328
Var.%	-66,8%	-52,5%	
Tx. Realização		143,1%	
%PIB	11,3%	3,5%	5,0%
Capital próprio	-7 086 285	6 629 819	4 517 581
Var.%	193,6%	163,8%	
Tx. Realização		68,1%	
%PIB	-2,7%	2,4%	1,6%

No 3º trimestre de 2024, a ELECTRA, S.A. apresentou um VN de 506.706 mECV, refletindo uma redução de 85,0% face ao período homólogo, o que representa um decréscimo, em termos absoluto, de 2.882.560 mECV. Este valor integra exclusivamente as faturações de água realizadas junto dos clientes finais. A taxa de execução orçamental associada ao volume de negócios situou-se em 87,1% relativamente à previsão orçamental para o trimestre em análise.

O VAB registou um resultado negativo de 185.333 mECV, representando uma deterioração de 148,0% face ao 3º trimestre de 2023 (variação absoluta de -552.526 mECV). Esta evolução foi determinada pela conjugação da quebra nas vendas de água e na prestação de serviços, agravada por um aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos e das despesas com pessoal.

Em linha com esta tendência, o EBITDA atingiu 135.427 mECV negativo, refletindo uma redução de 144,9% face ao período homólogo, com uma taxa de execução de 154,9%. Esta diminuição está associada ao impacto direto da reestruturação interna recentemente implementada, que implicou uma retração significativa nas receitas operacionais.

O EBIT também registou uma queda expressiva de 272,9%, situando-se em 187.437 mECV negativos, enquanto que o resultado líquido sofreu uma redução de 815,7%, alcançando 234.073 mECV negativos no final do trimestre.

No que respeita à estrutura patrimonial, o ativo total da ELECTRA diminui 17,6% face ao 3º trimestre de 2023, fixando-se em 18.630.909 mECV. Esta redução deve-se, essencialmente, à diminuição de 47,2% no ativo não corrente, decorrente da transferência de ativos para as novas empresas EPEC, S.A., EDEC, S.A. e ONSEC, S.A., conforme definido no plano de cisão. Por outro lado, o ativo corrente registou

um acréscimo de 14,8%, com destaque para a rubrica "Outras Contas a Receber".

O passivo total registou uma redução significativa de 52,5%, situando-se em 14.113.328 mECV, o que corresponde a uma taxa de realização de 143,1% face ao valor orçamentado para o período. Em termos de estrutura, o passivo corrente diminui 32,9%, sendo de salientar:

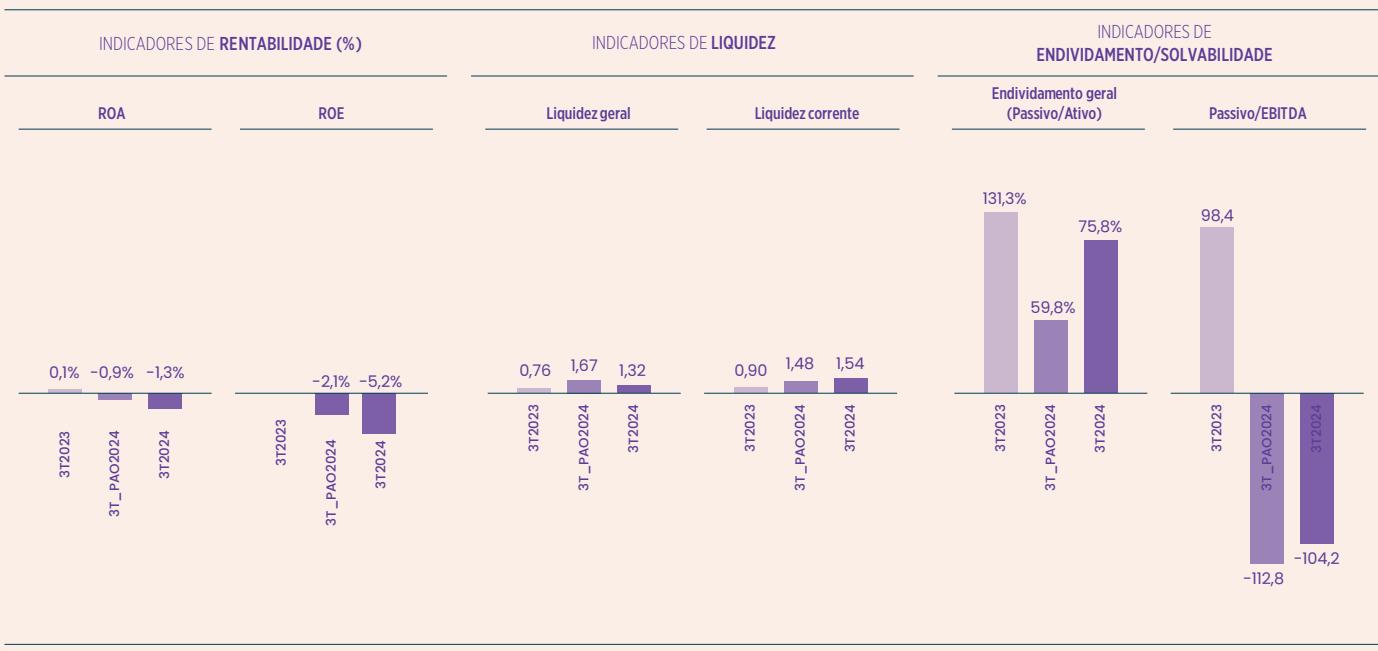
- A redução de 21,4% na rubrica "Estado", em virtude da transferência para a ELECTRA, S.A. do IVA a recuperar anteriormente registado pela Electra Sul;
- A diminuição de 61,8% nos empréstimos de curto prazo, resultante da conversão de empréstimos de retrocessão em prestações suplementares;
- A queda de 37,5% nas "Outras Contas a Pagar", explicada pela regularização de transações internas entre as extintas Electra Norte e Electra Sul.

O passivo não corrente apresentou uma redução de 65,7%, fixando-se em 6.073.273 mECV, refletindo a reestruturação do endividamento, nomeadamente através da transformação dos empréstimos de retrocessão em prestações acessórias.

O capital próprio da ELECTRA registou um crescimento substancial de 163,3% (+11.603.866 mECV) face ao período homólogo, justificado pela conversão de empréstimos de retrocessão do Estado em prestações acessórias, no montante de 14.898.987 mECV. A este reforço acresce a incorporação do património das empresas Electra Norte e Electra Sul, dissolvidas em maio de 2024, bem como a correspondente transferência de ativos para realização de capital social das novas entidades, no âmbito do processo de cisão. Como resultado, o capital próprio da ELECTRA passou a apresentar um valor positivo no balanço, situando-se em aproximadamente 4.517.581 mECV no final do 3º trimestre de 2024.

• FIGURA 16

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DA ELECTRA



O principal indicador de rentabilidade, o ROA, registou uma diminuição de 1,40 p.p., fixando-se em -1,3%, refletindo uma menor eficiência na utilização dos ativos da empresa para a geração de resultados.

Ao contrário de vários períodos, no período em análise, o capital próprio da empresa apresentou um saldo positivo, o que permitiu a avaliação do ROE. Não obstante, o indicador revelou um desempenho negativo, situando-se nos -5,2%, evidenciando desafios ainda presentes na criação de valor para os acionistas durante o período em análise.

No que respeita à liquidez, os rácios calculados para o 3º trimestre posicionaram-se acima do limiar mínimo exigido, assegurando a capacidade da empresa em honrar os seus compromissos financeiros no curto, médio e longo prazo. Em concreto, a liquidez geral atingiu 1,32 unidades e a liquidez corrente fixou-se em

1,54 unidades, desempenhos que, embora conservadores, demonstram uma base de solvência operacional suficiente para manter a continuidade das atividades.

Estes resultados, apesar dos desafios ao nível da rentabilidade, traduzem uma gestão prudente da tesouraria e um esforço consistente na recuperação estrutural da empresa, apontando para a necessidade de reforço contínuo da eficiência operacional e da sustentabilidade financeira.

Assim, como resultado ao nível de risco global, a ELECTRA conseguiu melhorar a sua classificação, passando de *very high risk* no 3º trimestre de 2023 para *moderate risk* no período em análise, ilustrando os efeitos positivos da intervenção do Governo na restruturação da empresa.

ONSEC

Operador Nacional de Sistema Elétrico de Cabo Verde



// 4.3 ONSEC

No âmbito do processo de reestruturação do setor elétrico nacional, foi destacada uma parte do património da empresa ELECTRA, S.A., dando origem à constituição de uma nova entidade: a Operador Nacional do Sistema Elétrico de Cabo Verde (ONSEC), sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, detida em 78,0% pelo Estado.

A ONSEC foi criada com o objetivo de assegurar, de forma autónoma e eficiente, as funções de transporte e operação do sistema elétrico nacional, bem como a compra centralizada de eletricidade e a contratação de serviços destinados à estabilização do sistema, alinhada com as melhores práticas internacionais e os compromissos de transição energética sustentável assumidos por Cabo Verde.



GESTÃO DA EMPRESA

A gestão da Empresa é estruturada por um Conselho de Administração (CA) composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:

- Luís Manuel Barbosa Teixeira

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:

- Antão Pedro Pires da Cruz
- Neusa Margarida Lima Ferreira Delgado

SUPLENTE:

- Gilda Maria Martins de Barros

• TABELA 18

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCIERO DA ONSEC (EM MECV E %)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios	0	2 709 814	2 485 151
Var.%			
Tx. Realização			91,7%
%PIB	0,0%	3,9%	3,6%
Valor acrescentado bruto	0	12 112	-4 901
Var.%			
Tx. Realização			-40,5%
%PIB	0,0%	0,0%	0,0%
EBITDA	0	5 599	-15 477
Var.%			
Tx. Realização			-345,2%
%PIB	0,0%	0,0%	0,0%
EBIT	0	1 935	-15 879
Var.%			
Tx. Realização			-345,2%
%PIB	0,0%	0,0%	0,0%
Resultado líquido	0	1 935	-15 879
Var.%			
Tx. Realização			-820,7%
%PIB	0,0%	0,0%	0,0%
Ativo	0	730 019	1 714 502
Var.%			
Tx. Realização			234,9%
%PIB	0,0%	0,3%	0,6%
Passivo	0	724 557	1 726 854
Var.%			
Tx. Realização			238,3%
%PIB	0,0%	0,3%	0,6%
Capital próprio	0	5 462	-12 352
Var.%			
Tx. Realização			-226,2%
%PIB	0,0%	0,0%	0,0%

A empresa iniciou formalmente a sua atividade no dia 1 de junho de 2024, com o arranque efetivo das operações a ocorrer a 1 de julho do mesmo ano. Esta nova entidade constitui uma peça central na reorganização do setor elétrico nacional, assumindo competências estratégicas no transporte de eletricidade, operação do sistema e aquisição centralizada de energia e serviços de estabilização.

No 3.º trimestre de 2024, a ONSEC registou um VN de 2.485.151 mECV, equivalente a 3,6% do PIB nacional. Este desempenho representou uma taxa de realização de 91,7% face ao valor orçamentado para o período (2.709.814 mECV). Importa notar que o resultado apurado foi condicionado por atrasos no registo de algumas faturas, que ocorreram após a formalização dos contratos e, por conseguinte, não foram refletidas no período em análise. A regularização desta situação está prevista para o trimestre subsequente.

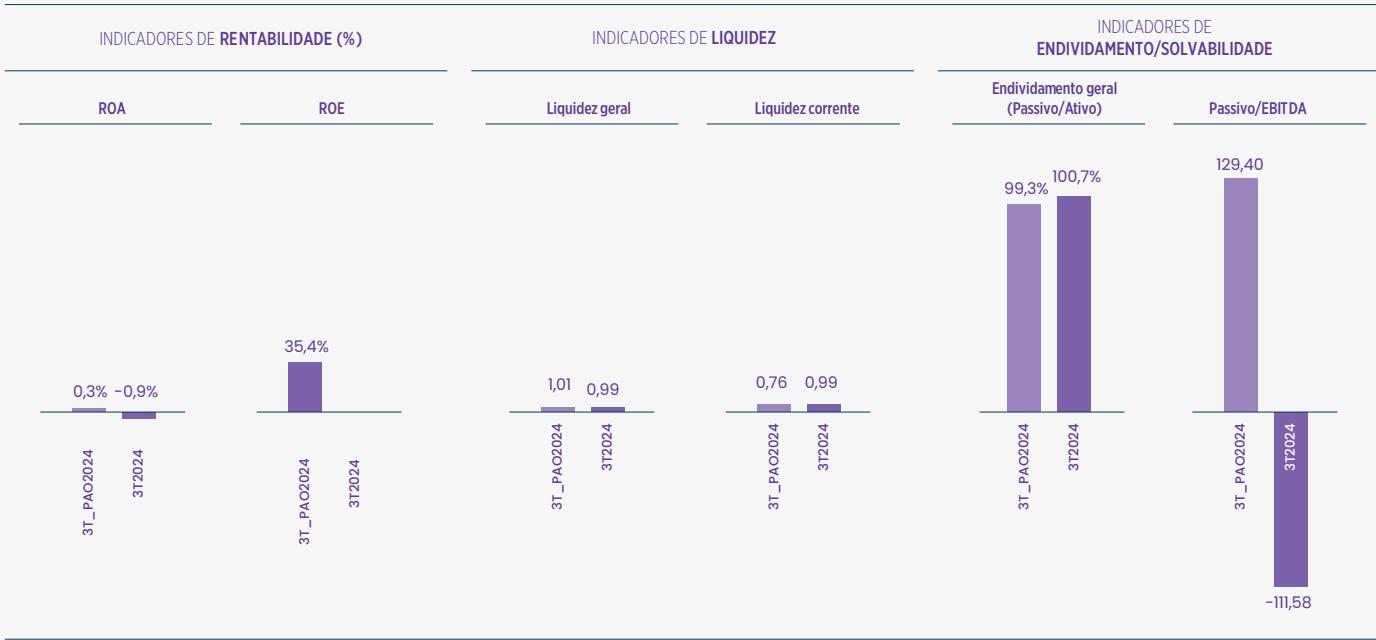
Com isto, o VAB situou-se em 4.901 mECV negativos, abaixo da estimativa orçamental para o período, fixada em 12.112 mECV. Em linha com este desempenho, o EBITDA registou um valor negativo de 15.477 mECV, substancialmente inferior à meta prevista de 5.599 mECV. O EBIT apresentou igualmente um resultado negativo de 15.879 mECV, valor idêntico ao apurado no Resultado Líquido do período.

Em termos de estrutura financeira, o ativo total da ONSEC cifrou-se em 1.714.501 mECV, dos quais 3.125 mECV correspondem a ativo não corrente e 1.711.377 mECV a ativo corrente. A totalidade do passivo

está representada por passivo corrente, situando-se em 1.726.854 mECV, o que equivale a aproximadamente 0,6% do PIB nacional. O capital próprio apresentou um saldo negativo de 12.352 mECV.

• FIGURA 17

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DA ONSEC



Atendendo ao caráter recente da criação da ONSEC e ao curto período de atividade até ao final do 3.º trimestre de 2024, a análise dos principais indicadores de rentabilidade deve ser interpretada com cautela.

Neste contexto, o ROA apresentou um desempenho negativo de aproximadamente -0,9%. No entanto, não foi possível calcular o ROE, em virtude da existência de capital próprio negativo na estrutura de balanço. Esta limitação condiciona a avaliação integral da rentabilidade da empresa nesta fase inicial.

No que respeita à liquidez, os rácios analisados situaram-se ligeiramente abaixo da unidade, o que poderá comprometer, no curto e médio prazo, a capacidade da empresa para honrar as suas obrigações financeiras. Este cenário evidencia a importância de uma gestão financeira prudente e focada na recuperação da estabilidade e sustentabilidade operacional.

Em relação à estrutura de financiamento, o rácio de endividamento geral fixou-se em 100,7%, sinalizando um elevado grau de alavancagem financeira. Este nível de exposição impõe uma pressão acrescida sobre o perfil de risco da ONSEC, reforçando a necessidade de intervenções estratégicas com vista à consolidação da sua posição económico-financeira.

Apesar de se tratar de um período inicial de atividade, os resultados refletem os desafios inerentes ao arranque operacional e às dinâmicas de transição institucional. As correções e ajustamentos já em curso permitirão estabilizar os indicadores económico-financeiros nos trimestres seguintes, reforçando o papel estratégico da ONSEC na sustentabilidade e modernização do setor elétrico nacional.



// 4.4 EMPROFAC

A EMPROFAC, sociedade sob a forma jurídica de SARL, pertence ao setor farmacêutico, sendo detida em 100% pelo Estado. Tem como missão assegurar o abastecimento do mercado em medicamentos de forma contínua e efetiva, garantindo a sua qualidade e disponibilidade permanente em todo o território.



GESTÃO DA EMPRESA

A gestão da Empresa é estruturada por um Conselho de Administração (CA) composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:

- João Spencer

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:

- Evelyze Semedo
- Sara Pereira

SUPLENTE:

- Ana Filomena da Cruz

• TABELA 19

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA EMPROFAC (EM mECV E %)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios	550 285	535 230	608 189
Var.%	-2,7%	10,5%	
Tx. Realização			113,6%
%PIB	0,8%	0,8%	0,9%
Valor acrescentado bruto	107 725	81 318	109 768
Var.%	-24,5%	1,9%	
Tx. Realização			135,0%
%PIB	0,2%	0,1%	0,2%
EBITDA	71 449	54 912	63 208
Var.%	-23,1%	-11,5%	
Tx. Realização			115,1%
%PIB	0,1%	0,1%	0,1%
EBIT	65 276	47 065	56 709
Var.%	-27,9%	-13,1%	
Tx. Realização			120,5%
%PIB	0,1%	0,1%	0,1%
Resultado líquido	45 856	33 645	39 877
Var.%	-26,6%	-13,0%	
Tx. Realização			118,5%
%PIB	0,1%	0,0%	0,1%
Ativo	2 546 153	2 384 745	2 845 613
Var.%	-6,3%	11,8%	
Tx. Realização			119,3%
%PIB	1,0%	0,8%	1,0%
Passivo	1 287 420	1 101 125	1 388 712
Var.%	-14,5%	7,9%	
Tx. Realização			126,1%
%PIB	0,5%	0,4%	0,5%
Capital próprio	1 258 734	1 283 620	1 456 901
Var.%	2,0%	15,7%	
Tx. Realização			113,5%
%PIB	0,5%	0,5%	0,5%

No 3º trimestre de 2024, a empresa alcançou um VN de 608.189 mECV, traduzindo-se num crescimento de 10,5% (+57.904 mECV) face ao período homólogo e superando em 13,6% a previsão orçamental para o período.

O desempenho positivo registou-se tanto nos produtos importados, com um acréscimo de 11,0% (+51.884 mECV), como nos produtos de origem nacional, que cresceram 8,0% (+6.019 mECV), em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

As vendas realizadas nas instalações da sede atingiram 382.584 mECV, representando 63,0% do total do VN, enquanto a filial de São Vicente foi responsável por 37,0%, destacando-se com um crescimento robusto de 16,0% face ao período homólogo.

O portefólio de produtos manteve-se estrategicamente centrado na comercialização de medicamentos, que representaram aproximadamente 72% do VN, correspondendo a 437.896 mECV.

Ao nível da estrutura de clientes, o segmento das farmácias continuou a assumir-se como o principal motor da atividade comercial, contribuindo com 60,2% do VN. Seguiram-se o GAF com 21,4%, e o segmento hospitalar, com 15,3%, demonstrando uma distribuição equilibrada entre os canais de retalho e institucional.

No que se refere à estrutura de custos, os gastos operacionais registaram um aumento de 6,8% face ao mesmo período do ano anterior. Em particular, os "Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" ascenderam a 478.540 mECV, representando 79,0% das vendas do período (face a 77,0% no período homólogo). Os "Gastos com Pessoal" registraram um crescimento de 42,9%, atingindo 38.287 mECV, refletindo o investimento em capital humano e reforço da capacidade operacional. Por outro lado, os "Gastos Financeiros" diminuíram 13,8%, situando-se em 5.585 mECV.

Apesar da evolução positiva do VN, o VAB apresentou um crescimento mais moderado de 1,9%, atingindo 109.768 mECV, o que corresponde a 135,0% da previsão orçamental. Ainda assim, os indicadores de rentabilidade operacional registraram uma contração: o EBITDA e o EBIT diminuíram 11,5% e 13,1%, respectivamente, face ao mesmo período do ano anterior. Consequentemente, o resultado líquido apresentou um desempenho negativo de 13,0%, embora se tenha mantido em terreno positivo, com 39.877 mECV, correspondendo a 118,5% da previsão orçamental.

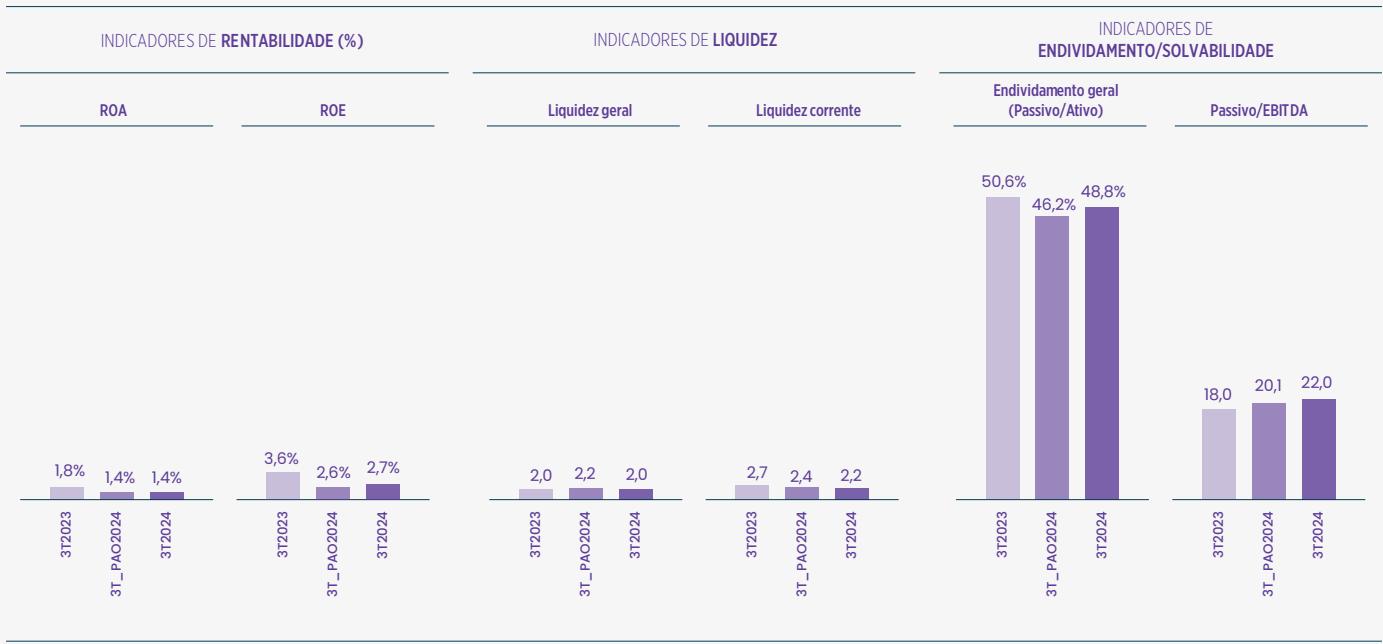
No que respeita à posição financeira da empresa, o ativo registou um crescimento expressivo de 18,8% face ao período homólogo, atingindo 2.845.613 mECV, com uma taxa de execução de 119,3% relativamente à previsão orçamental. Este aumento foi impulsionado, essencialmente, pela valorização dos inventários em armazém.

Paralelamente, o passivo totalizou 1.388.712 mECV, o que representa um acréscimo de 7,9% face ao período homólogo e uma taxa de execução de 126,1% da previsão orçamental. Destaca-se a redução do peso do passivo não corrente, que passou a representar 24,0% do passivo total (face a 42% no ano anterior), enquanto que o passivo corrente aumentou significativamente, passando de 733.720 mECV no 3º trimestre de 2023 para 1.057.543 mECV no período em análise. Este aumento foi justificado, essencialmente, pela rubrica "Fornecedores", que passou de 553.402 mECV para 865.555 mECV.

Por fim, o capital próprio registou uma evolução positiva de 15,7% face ao período homólogo, situando-se nos 1.456.901 mECV, correspondendo a 113,5% da previsão orçamental. Esta melhoria deve-se, sobretudo, ao reforço das reservas, resultante dos ajustamentos nos resultados transitados.

• FIGURA 18

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DA EMPROFAC



No 3º trimestre de 2024, os principais indicadores de rentabilidade da EMPROFAC – nomeadamente o ROA e o ROE – registraram uma ligeira desaceleração face ao período homólogo. O ROA situou-se em 1,4%, refletindo uma redução de 0,40 p.p., enquanto que o ROE se fixou em 2,7%, o que representa uma diminuição de 0,91 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em termos de liquidez, a empresa evidenciou uma evolução mista. A liquidez geral registou uma melhoria marginal de 0,07 p.p., sinalizando um reforço da capacidade de cobertura global de responsabilidades. Por outro lado, a liquidez corrente sofreu um ligeiro decréscimo de 0,49 p.p. Ainda assim, estes rácios mantêm-se em níveis que asseguram a capacidade da EMPROFAC em honrar, de forma adequada e sustentada, as suas obrigações financeiras de curto, médio e longo prazo.

Importa ainda destacar que a EMPROFAC apresenta uma estrutura de capital sólida e prudente, com um rácio de endividamento de 48,8%, ligeiramente inferior ao registado no período homólogo (-0,02 p.p.). Esta estabilidade é particularmente relevante por se verificar na ausência de garantias soberanas ou de financiamento por via de retrocessão, reforçando a autonomia financeira e a credibilidade institucional da empresa.

Face a estes resultados, a EMPROFAC melhorou a sua classificação, deixando de ser uma empresa de *high risk* para *moderate risk*, face à análise apurada no período homólogo.



// 8.5 ENAPOR

A ENAPOR, sociedade sob a forma jurídica de S.A., pertence ao setor dos transportes e logística e é detida a 100% pelo Estado. Tem como principais atividades a gestão e exploração económica dos portos de Cabo Verde, terminais e zonas de jurisdição portuárias e ainda exerce as atividades de autoridade portuária.



GESTÃO DA EMPRESA

A gestão da Empresa é atribuída a um Conselho de Administração (CA), composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:

- Ireneu Rosa de Azevedo Camacho

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:

- Eduardo Évora Lima
- Eneida Cristina Lima Gomes

• TABELA 20

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA ENAPOR (EM mECV E %)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios	770 682	737 830	768 084
Var.%		- 4,3%	- 0,3%
Tx. Realização			104,1%
%PIB	1,2%	1,1%	1,1%
Valor acrescentado bruto	620 671	574 370	603 383
Var.%		- 7,5%	- 2,8%
Tx. Realização			105,1%
%PIB	0,9%	0,8%	0,9%
EBITDA	289 026	192 194	213 662
Var.%		- 33,5%	- 26,1%
Tx. Realização			111,2%
%PIB	0,4%	0,3%	0,3%
EBIT	157 011	52 364	86 228
Var.%		- 66,6%	- 45,1%
Tx. Realização			164,7%
%PIB	0,2%	0,1%	0,1%
Resultado líquido	122 275	24 035	73 576
Var.%		- 80,3%	- 39,8%
Tx. Realização			306,1%
%PIB	0,2%	0,0%	0,1%
Ativo	6 326 485	6 274 270	6 817 328
Var.%		- 0,8%	7,8%
Tx. Realização			108,7%
%PIB	2,4%	2,2%	2,4%
Passivo	3 384 163	3 374 129	3 687 943
Var.%		- 0,3%	9,0%
Tx. Realização			109,3%
%PIB	1,3%	1,2%	1,3%
Capital próprio	2 942 322	2 900 140	3 129 385
Var.%		- 1,4%	6,4%
Tx. Realização			107,9%
%PIB	1,1%	1,0%	1,1%

No período em análise, registaram-se 2.025 escalas de navios nos portos de Cabo Verde, das quais 285 corresponderam ao tráfego de longo curso e 1.740 ao tráfego de cabotagem. Este volume representa um crescimento global de 1,8% face ao período homólogo. Importa referir que, durante este período, não se registaram escalas de navios de cruzeiro.

Em relação à movimentação de mercadorias, verificou-se um aumento expressivo de 14,2%, com um total de 744.638 toneladas movimentadas, comparativamente às 652.210 toneladas registadas no terceiro trimestre de 2023. Este crescimento foi impulsionado por uma evolução positiva tanto no tráfego de longo curso (+11,4%) como no tráfego de cabotagem (+17,0%).

No segmento de cabotagem, à exceção do granel sólido, que registou uma redução de 37,6%, todos os outros tipos de carga apresentaram desempenhos positivos: carga convencional (+8,7%), granel líquido (+7,6%) e carga contorizada (+67,6%). Destaca-se, ainda, o aumento de 18,8% no número de TEU's movimentados neste período.

Em termos de movimentação de passageiros, os portos cabo-verdianos registaram um total de 454.625 passageiros movimentados no 3º trimestre de 2024, representando um acréscimo de 19.793 passageiros face ao mesmo período do ano anterior.

O VN da ENAPOR totalizou 768.084 mECV, refletindo uma ligeira redução de 0,3% em relação ao período homólogo, mas ultrapassando em 4,1% a previsão orçamental. As rubricas de Movimentação de Mercadorias, Aluguer de Equipamentos, Serviços Prestados ao Navio, Outros Serviços Portuários e Serviços Secundários superaram o valor orçamentado em 14.766 mECV. Em comparação homóloga, registaram-se reduções na Movimentação de Mercadorias (-1,42%) e nos Serviços Prestados ao Navio (-7,45%), sendo que todas as demais rubricas evidenciaram crescimentos.

A rubrica "Outros Rendimentos" ascendeu a 56.583 mECV, com destaque para os rendimentos de investimentos não financeiros, nomeadamente rendas provenientes de subconcessões, que registaram um montante de 52.738 mECV.

Os rendimentos operacionais totalizaram 106,81% da previsão orçamental, apesar de uma

diminuição de 2,81% (-23.833 mECV) face ao período homólogo. Os gastos operacionais aumentaram ligeiramente, passando de 681.108 mECV no 3º trimestre de 2023 para 738.440 mECV em 2024, representando 102,60% do valor orçado.

Os gastos totais, por sua vez, registaram um aumento de 8,9%, situando-se em 763.605 mECV. Destacam-se as seguintes variações nas principais rubricas:

- Fornecimentos e Serviços Externos: 136.105 mECV, um aumento de 10,55% face ao período homólogo, com aumentos significativos em Eletricidade (+12,14%), Deslocações e Estadas (+93,47%) e Honorários/Trabalhos Especializados (+434,86%);
- Gastos com Pessoal: 408.542 mECV, um aumento de 3,96%, equivalente a mais 15.572 mil ECV em termos absolutos.

O VAB totalizou 603.383 mECV, refletindo uma diminuição de 2,8%. Os indicadores de rentabilidade, nomeadamente o EBITDA e o EBIT, registaram desempenhos negativos, situando-se em 213.662 mECV e 86.228 mECV, respetivamente, o que corresponde a reduções de 26,1% e 45,1% face ao período homólogo.

O resultado líquido do trimestre foi de 73.576 mECV, representando uma diminuição de 39,0% em relação ao mesmo período de 2023.

Em termos de balanço, a estrutura financeira da ENAPOR demonstrou solidez e resiliência, com um crescimento de 7,8% no ativo total, que atingiu 6.817.328 mECV – correspondente a uma taxa de execução de 108,7% face à previsão orçamental. Este crescimento foi particularmente impulsionado pela evolução positiva do Ativo Corrente, nomeadamente:

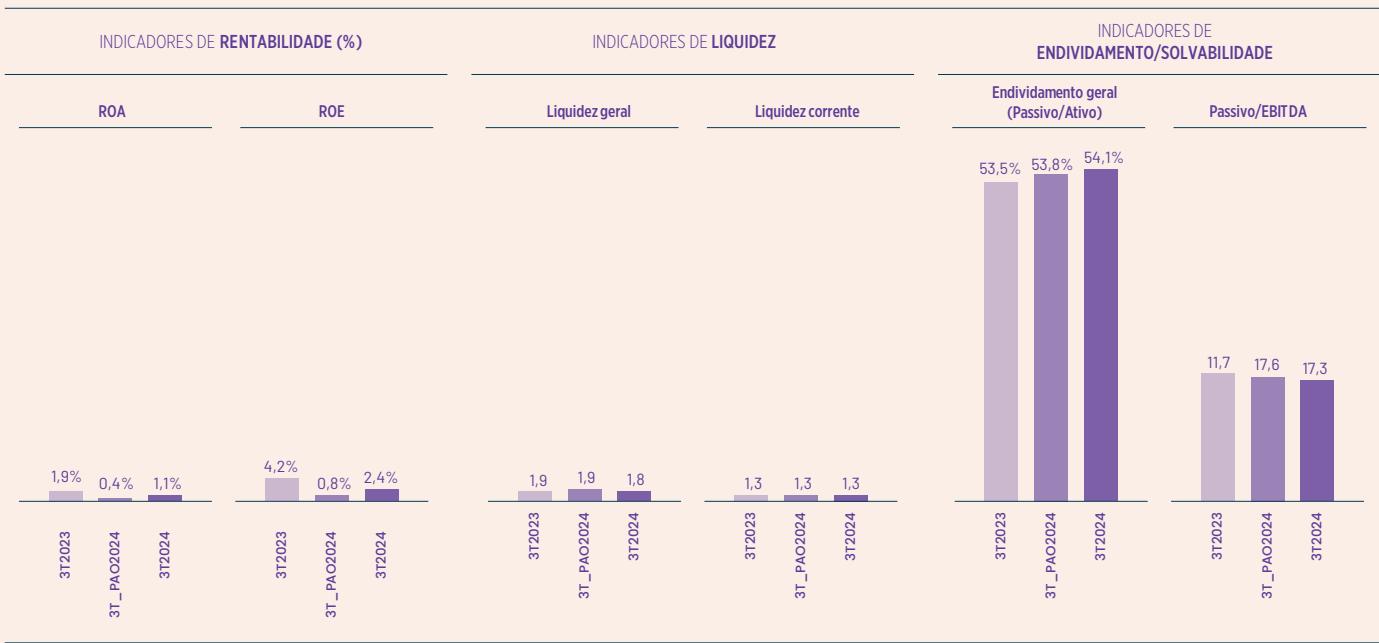
- Clientes: +124.950 mECV
- Estado e Outros Entes Públicos: +215.607 mECV
- Caixa e Bancos: +122.268 mECV

O passivo da empresa ascendeu a 3.687.943 mECV, refletindo um aumento de 9,0% face ao período homólogo. As disponibilidades líquidas acumuladas junto das instituições financeiras situaram-se nos 260.047 mECV.

O capital próprio atingiu os 3.129.385 mECV, o que representa um acréscimo de 6,4% face ao ano anterior, impulsionado por variações positivas nas contas de resultados transitados e nas rubricas de outras variações no capital próprio.

• FIGURA 19

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DA ENAPOR



Os principais indicadores de rentabilidade da ENAPOR mantiveram-se positivos, com o ROA a situar-se em 1,1% e o ROE em 2,4%. Embora estes resultados demonstrem uma performance satisfatória, em termos homólogos traduzem-se numa redução de 0,85 p.p. no ROA e de 1,80 p.p. no ROE, refletindo um ajustamento na capacidade da empresa para gerar retorno a partir dos seus ativos e capital próprio, num contexto económico ainda marcado por desafios conjunturais.

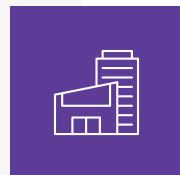
A empresa continua a evidenciar rácios de liquidez e solvabilidade robustos, os quais garantem a sua capacidade de cumprimento das obrigações financeiras de curto, médio e longo prazo. Ainda que, face ao 3º trimestre de 2023, se tenha verificado um ligeiro agravamento de 0,02 p.p. na liquidez geral e de 0,05 p.p. na liquidez corrente. Estes resultados permanecem dentro de limites prudenciais, assegurando a continuidade das operações e o financiamento sustentável da atividade corrente e dos projetos estratégicos.

No que respeita ao nível de endividamento, a ENAPOR apresenta uma estrutura equilibrada,

com um rácio de endividamento geral de 54,1%, o que confirma uma gestão prudente dos recursos financeiros e dos compromissos assumidos. Este indicador reflete uma estratégia financeira orientada para a estabilidade e resiliência, mitigando riscos e reforçando a capacidade de resposta a flutuações de mercado.

Importa salientar que a estrutura do passivo integra um volume significativo de empréstimos de retrocessão, diretamente associados aos investimentos estratégicos realizados nos portos nacionais. Estes financiamentos têm permitido à ENAPOR impulsionar a modernização e expansão das infraestruturas portuárias de Cabo Verde, contribuindo decisivamente para a melhoria da competitividade logística do país e para o reforço da sua integração nas cadeias regionais e internacionais de transporte marítimo.

Relativamente ao nível de risco, a ENAPOR apresentou uma melhoria significativa, passando de *high risk* para *moderate risk*, em relação ao período homólogo.



// 4.6 IFH

A IFH, sociedade sob a forma jurídica de S.A., pertence ao setor de engenharia, construção e infraestruturas e é detida a 100% pelo Estado. Tem como principais atividades a infraestruturação de terrenos, a construção e comercialização de habitações.



GESTÃO DA EMPRESA

A gestão da Empresa está conferida a um Conselho de Administração (CA) composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:

- José Miguel Duarte Martins

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:

- Fátima Ribeiro Gonçalves

- Eneida Isabel Brito Gomes Da Graça Moraes

• TABELA 21

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA IFH (EM mECV E %)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios	399 996	503 436	404 469
Var.%	25,9%	1,1%	
Tx. Realização		80,3%	
%PIB	0,6%	0,7%	0,6%
Valor acrescentado bruto	87 405	114 343	114 488
Var.%	30,8%	31,0%	
Tx. Realização		100,1%	
%PIB	0,1%	0,2%	0,2%
EBITDA	107 192	137 871	148 831
Var.%	28,6%	38,8%	
Tx. Realização		107,9%	
%PIB	0,2%	0,2%	0,2%
EBIT	104 828	135 167	146 147
Var.%	28,9%	39,4%	
Tx. Realização		108,1%	
%PIB	0,2%	0,2%	0,2%
Resultado líquido	69 118	102 146	118 328
Var.%	47,8%	71,2%	
Tx. Realização		115,8%	
%PIB	0,1%	0,1%	0,2%
Ativo	13 372 928	12 636 217	13 526 682
Var.%	-5,5%	1,1%	
Tx. Realização		107,0%	
%PIB	5,1%	4,5%	4,8%
Passivo	10 849 863	9 710 734	10 601 119
Var.%	-10,5%	-2,3%	
Tx. Realização		109,2%	
%PIB	4,1%	3,5%	3,8%
Capital próprio	2 523 065	2 925 483	2 925 564
Var.%	15,9%	16,0%	
Tx. Realização		100,0%	
%PIB	1,0%	1,0%	1,0%

No 3º trimestre de 2024, a IFH registou um VN de 404.469 mECV, o que representa um crescimento de 1,1% face ao mesmo período de 2023. Esta performance corresponde a 80,3% da meta orçamentada para o período e reflete o impacto positivo da redefinição da estratégia comercial da empresa, centrada numa abordagem mais dinâmica e orientada para o mercado.

O VAB ascendeu a 114.488 mECV, evidenciando uma expansão de 31,0% em relação ao período homólogo e atingindo 100,1% da previsão orçamental. Ainda que positivo, este resultado revela margens de melhoria na geração de valor, influenciado pela relação entre a evolução dos rendimentos e o comportamento dos custos operacionais – nomeadamente subcontratos, inventários, matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos – que totalizaram 289.982 mECV no período em análise.

Os indicadores operacionais EBITDA e EBIT registaram variações muito favoráveis, com crescimentos de 38,8% e 39,4%, respetivamente, face ao 3º trimestre de 2023. Esta evolução refletiu-se diretamente no resultado líquido, que atingiu 118.328 mECV, traduzindo um acréscimo expressivo de 71,2%, o que demonstra um reforço da rentabilidade e da eficiência da gestão operacional da empresa.

No que respeita à estrutura patrimonial, a IFH registou uma evolução sólida, com o ativo total a ascender a 13.526.682 mECV, representando um crescimento de 1,1% face ao mesmo período do ano anterior e uma taxa de concretização de 107,0% face ao orçamentado. O ativo não corrente totalizou 6.358.487 mECV, dos quais 98,2% são relativos à rubrica de clientes, que impulsionou o crescimento global do ativo com um acréscimo absoluto de 1.650.664 mECV.

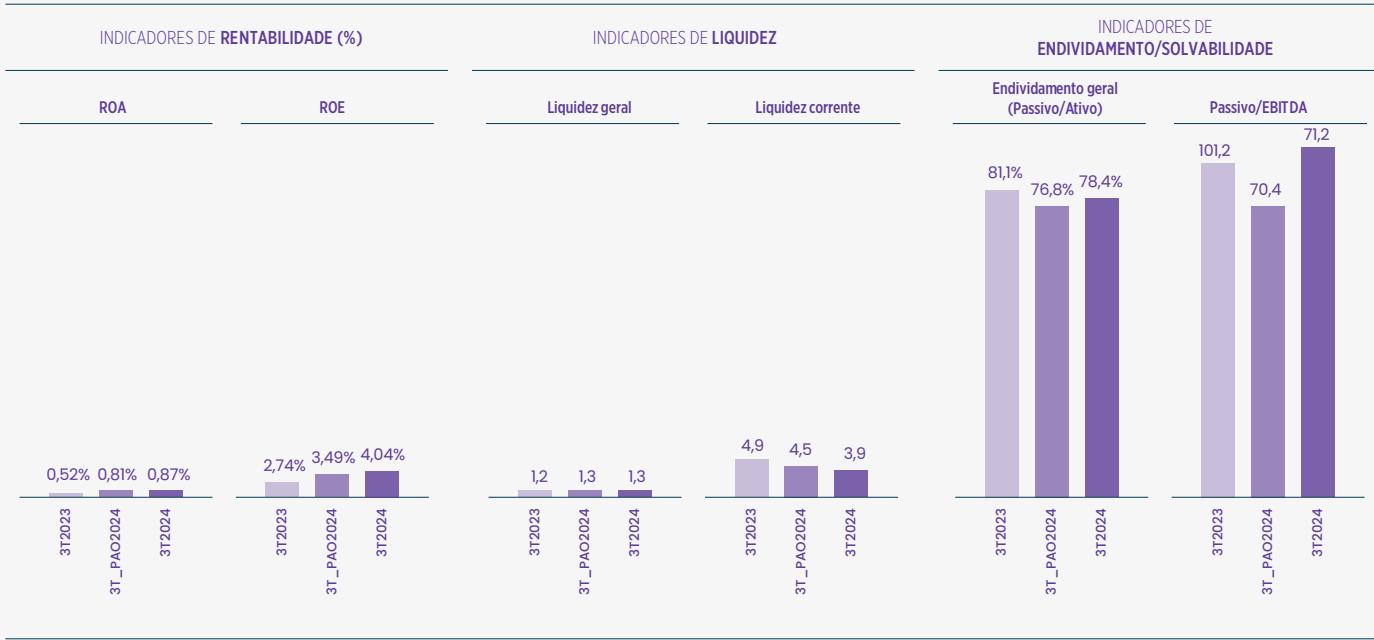
O ativo corrente situou-se em 7.168.195 mECV, correspondendo a 53,0% do total do ativo, com destaque para a rubrica de inventários, que representou 74,9% deste segmento. A redução observada nos inventários reflete a comercialização de imóveis (apartamentos, salas comerciais e terrenos infraestruturados), processo este compensado por um crescimento significativo de 35,9% na rubrica de clientes de longo prazo, fator decisivo para o incremento do ativo global.

No que diz respeito ao passivo, este situou-se em 10.601.119 mECV, representando uma redução de 2,3% face ao 3º trimestre de 2023 e uma taxa de execução de 109,2% do orçamentado. Importa realçar que o passivo da IFH corresponde a cerca de 3,8% do PIB nacional, sendo 82,8% composto por dívida de longo prazo, associada maioritariamente a empréstimos de retrocessão destinados a investimentos estruturantes no âmbito da política habitacional e urbanística.

Por sua vez, o capital próprio da empresa atingiu 2.925.564 mECV, registando um crescimento de 16,0% em comparação com o período homólogo e cumprindo integralmente a previsão orçamental (100,0%). Este reforço do capital próprio traduz a solidez financeira da IFH e resulta diretamente do desempenho operacional positivo evidenciado ao longo do período.

• FIGURA 20

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DA IFH



No período em análise, a IFH registou uma melhoria assinalável nos seus indicadores de rentabilidade, superando as expectativas inicialmente previstas. Este desempenho foi fortemente impulsionado pela evolução positiva do resultado líquido, refletindo-se nos principais rácios de rentabilidade. O ROA aumentou 0,36 p.p., enquanto o ROE registou um acréscimo de 1,31 p.p. em comparação com o mesmo período de 2023. Estes resultados evidenciam uma maior eficiência na geração de lucros, quer em função dos ativos detidos, quer do capital próprio investido.

No domínio da liquidez, os rácios apurados reforçam a resiliência financeira da empresa. A liquidez geral situou-se em 1,3 unidades, enquanto a liquidez corrente atingiu 3,9 unidades, o que confirma uma capacidade robusta para honrar os compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo, garantindo a continuidade operacional e a estabilidade da estrutura de financiamento.

Em matéria de endividamento, a estrutura de capital da IFH revela que 78,4% do ativo está financiado por capitais alheios, refletindo o peso relevante dos empréstimos de retrocessão utilizados para a execução de investimentos estratégicos. No final do período em análise, o saldo destes financiamentos ascendia a 7.158.555 mECV, aos quais se somam 1.202.124 mECV em juros e impostos. Importa

destacar que este montante representa uma redução de 2,4% face ao período homólogo, sinalizando uma gestão ativa e eficiente da dívida.

No que se refere ao apoio do Estado, a IFH não recorreu a quaisquer garantias soberanas durante o 3.º trimestre de 2024, o que reforça a sua autonomia financeira. Ainda assim, mantém-se registado no balanço um stock de aval governamental no valor de 175.000 mECV, evidenciando a capacidade de mobilização de financiamento adicional, se necessário, sem comprometer a sustentabilidade das contas públicas.

Por fim, é de destacar a melhoria da classificação de risco da empresa, que passou de *high risk* para *moderate risk*, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esta reclassificação constitui um importante sinal de confiança na gestão da IFH, refletindo não apenas a evolução positiva dos indicadores financeiros, mas também a capacidade comprovada da empresa na mitigação dos riscos financeiros e operacionais, mesmo num contexto de elevada alavancagem.



// 4.76 TACV

A TACV, sociedade sob a forma jurídica de S.A., pertence ao setor dos transportes e logística e é detida em 90,38% pelo Estado. Tem como principal atividade o transporte aéreo de passageiros e cargas.



GESTÃO DA EMPRESA

A gestão da Empresa é assegurada por um Conselho de Administração (CA), composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:

- Pedro Mendes De Barros

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:

- Nádia Sofia Tavares Teixeira
- Patrick Renato Barreto Monteiro Lopes

• TABELA 22

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA TACV (EM mECV E %)

Descrição	3T2023	3T_PAO2024	3T2024
Volume de negócios	647 426	1 276 757	1 404 872
Var.%	97,2%	117,0%	
Tx. Realização			110,0%
%PIB	1,0%	1,9%	2,0%
Valor acrescentado bruto	-94 692	-206 912	-277 874
Var.%	-118,5%	-193,5%	
Tx. Realização			134,3%
%PIB	-0,1%	-0,3%	-0,4%
EBITDA	-245 713	-427 947	-482 800
Var.%	-74,2%	-96,5%	
Tx. Realização			112,8%
%PIB	-0,4%	-0,6%	-0,7%
EBIT	-282 589	-464 307	-504 911
Var.%	-64,3%	-78,7%	
Tx. Realização			108,7%
%PIB	-0,4%	-0,7%	-0,7%
Resultado líquido	-444 306	-464 307	-637 664
Var.%	-4,5%	-43,5%	
Tx. Realização			137,3%
%PIB	-0,7%	-0,7%	-0,9%
Ativo	1 014 100	1 425 442	997 090
Var.%	40,6%	-1,7%	
Tx. Realização			69,9%
%PIB	0,4%	0,5%	0,4%
Passivo	13 047 876	5 414 636	14 271 935
Var.%	-58,5%	9,4%	
Tx. Realização			263,6%
%PIB	4,9%	1,9%	5,1%
Capital próprio	-12 033 776	-3 989 195	-13 274 844
Var.%	66,9%	-10,3%	
Tx. Realização			332,8%
%PIB	-4,6%	-1,4%	-4,7%

No 3.º trimestre de 2024, a TACV evidenciou uma performance operacional robusta, refletida na realização de 1.959 voos e na disponibilização de 161.114 assentos, indicadores que superam significativamente os níveis registados em igual período do ano anterior. A taxa de ocupação média (*load factor*) atingiu 73,0%, ultrapassando em 6,0 p.p. a meta definida no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o período (67,0%). Foram transportados 126.997 passageiros, valor que supera em 47,6% o projetado (86.065 passageiros) e confirma a forte recuperação da procura e eficácia das estratégias comerciais implementadas.

Do ponto de vista da produção, a realização foi globalmente muito positiva, com os principais indicadores operacionais a registarem taxas de execução superiores a 100%. Esta tendência confirma o bom desempenho da operação aérea, bem como a crescente capacidade de resposta da companhia à procura do mercado.

Em termos de rendimentos, as receitas provenientes da venda de passagens atingiram os 1.311.667 mECV, correspondendo a uma taxa de execução de 112,0%. O VN totalizou 1.404.872 mECV, traduzindo um crescimento de 117,0% face ao período homólogo e uma execução orçamental de 110,0%, demonstrando uma trajetória sustentada de recuperação e um significativo potencial de crescimento, embora ainda condicionado por limitações estruturais.

O custo médio do combustível evoluiu de forma favorável, situando-se 14,5% abaixo do valor projetado para o trimestre e mantendo-se estável em relação ao período homólogo. Contudo, a rentabilidade da empresa foi severamente impactada, com o VAB a registar uma variação negativa de 193,5%, fixando-se em -277.874 mECV.

O EBITDA deteriorou-se em 96,5%, atingindo -482.800 mECV, apesar de uma taxa de execução de 112,8% em relação ao orçamentado. Esta evolução foi fortemente influenciada por gastos operacionais totais de 1.887.672 mECV, com destaque para os custos de leasing, que atingiram 575.243 mECV, e que continuam a representar um peso relevante na estrutura de custos. Por outro lado,

os gastos com combustíveis reduziram-se significativamente (-81,0%), e os encargos com pessoal registaram uma ligeira contenção.

O EBIT registou um agravamento de 78,7%, situando-se em -504.911 mECV, refletindo o impacto da pressão exercida sobre a estrutura operacional da empresa. Em consequência, o resultado líquido do trimestre foi de -637.664 mECV, representando uma diminuição de 43,5% face ao período homólogo e uma execução orçamental de 137,3%, sinalizando a urgência de ajustamentos estruturais.

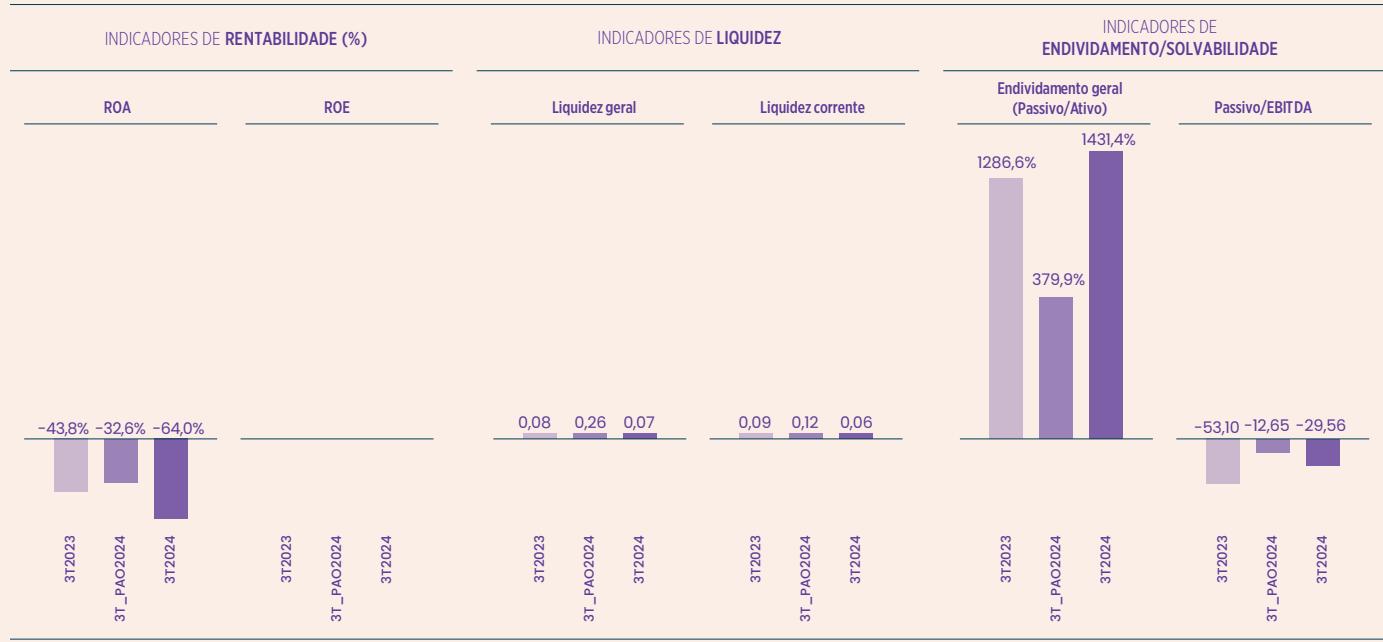
No plano patrimonial, o ativo total da TACV cifrou-se em 997.090 mECV, com uma redução de 1,7% face ao período homólogo e uma execução orçamental de 69,9%. O ativo não corrente registou um ligeiro aumento de 0,6% (408.903 mECV), embora abaixo do valor projetado. O ativo corrente, por sua vez, diminuiu 3,2% face a 2023, mas aumentou 16,0% face ao orçamento, impulsionado por acréscimos nas rubricas de Inventários, Clientes e Outras Contas a Receber.

No que diz respeito ao passivo, este aumentou 9,4%, totalizando 14.271.935 mECV, o que representa 5,1% do PIB nacional, com uma execução orçamental de 263,6%. As dívidas correntes registaram crescimentos expressivos em Fornecedores, Financiamentos e Outras Contas a Pagar, totalizando 225,0% do valor previsto. Já o passivo não corrente superou em 388,5% o valor orçamentado, embora tenha apresentado uma redução de 16,4% em comparação com o período homólogo.

O capital próprio da empresa deteriorou-se em 10,3% relativamente ao mesmo trimestre de 2023, fixando-se em -13.274.844 mECV, com uma execução de 332,8% do orçamento. Esta evolução é sobretudo explicada pelo agravamento dos resultados transitados negativos, decorrentes das perdas acumuladas, o que reforça a urgência de intervenções estruturais para reverter a trajetória financeira.

• FIGURA 21

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DA TACV



No terceiro trimestre de 2024, a análise dos principais indicadores de rentabilidade da TACV revela uma deterioração do ROA em 20,14 p.p. face ao período homólogo, refletindo uma redução significativa na capacidade da empresa para gerar lucros com base na utilização dos seus ativos. Devido à existência de capital próprio negativo na estrutura de balanço, não foi possível calcular o ROE, o que condiciona uma avaliação mais abrangente da rentabilidade da empresa nesta dimensão.

Relativamente à liquidez, os indicadores permaneceram abaixo da unidade, comprometendo a capacidade da TACV para cumprir as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Tanto a liquidez geral como a liquidez corrente registaram ligeiros agravamentos de 0,01 p.p. e 0,02 p.p., respetivamente, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. Estes dados reforçam a necessidade de uma gestão financeira cautelosa e orientada para a recuperação da sustentabilidade de curto prazo.

No que se refere à estrutura de financiamento, o rácio de endividamento geral situou-se em 1.431,4%, evidenciando um agravamento de 1,45 p.p. face ao período homólogo. Este valor reflete um elevado nível de alavancagem financeira, que impõe uma pressão acrescida sobre o perfil de risco da empresa e limita a margem de manobra para investimentos sem apoio externo.

Em termos de perfil de risco, a TACV conseguiu alcançar um nível de risco mais satisfatório face ao período homólogo, passando de uma empresa de *very high risk* para *high risk*.

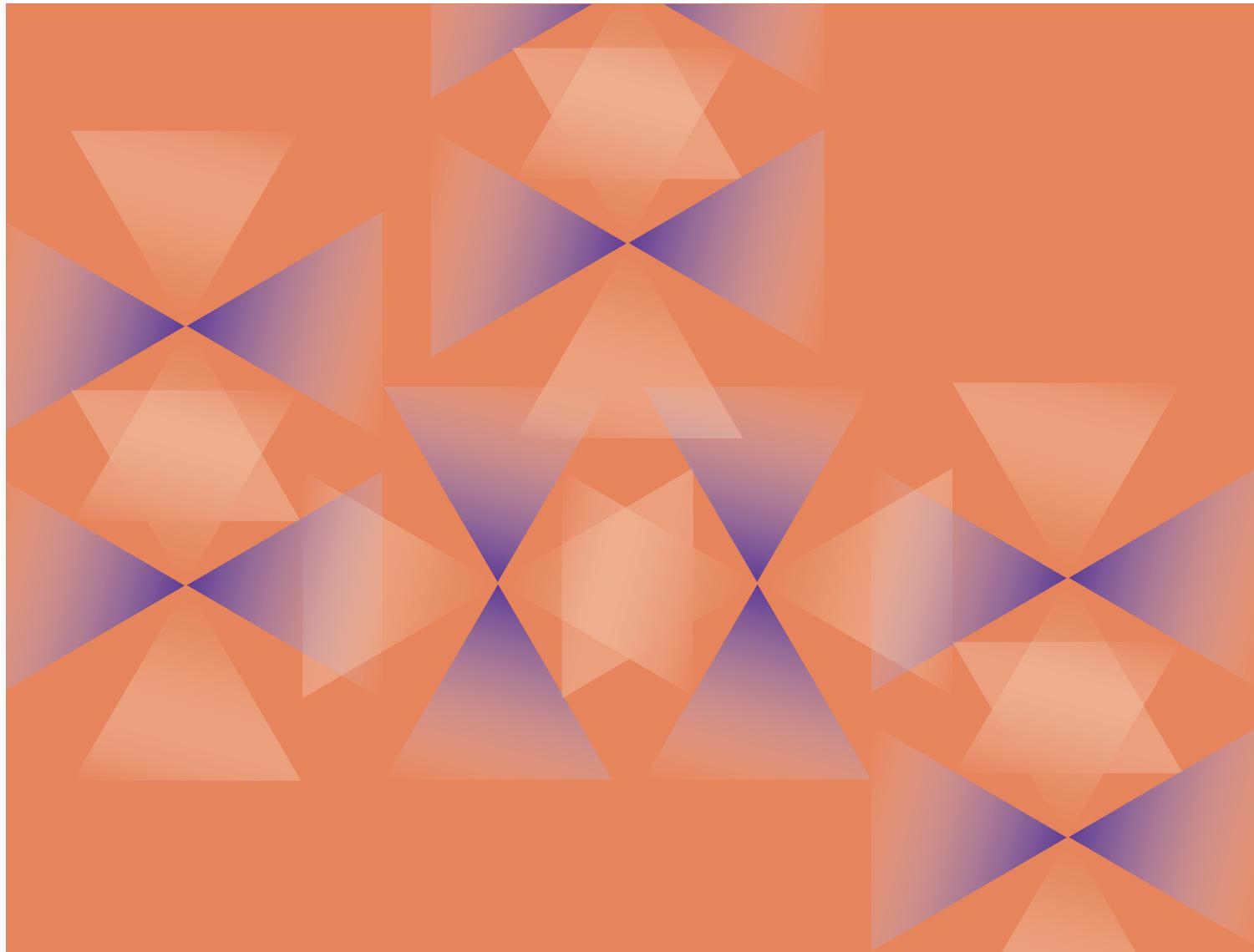
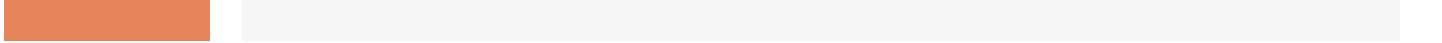
Apesar destes desafios estruturais, é de salientar que a empresa registou progressos relevantes a nível operacional. O crescimento do tráfego de passageiros e o aumento do VN durante o trimestre refletem a eficácia das estratégias comerciais adotadas, nomeadamente na expansão da capacidade de oferta e otimização das operações.

Contudo, os resultados financeiros globais continuam condicionados por pressões significativas ao nível dos custos operacionais e por uma estrutura de capital deficitária, com impacto direto sobre os níveis de rentabilidade e os resultados líquidos da empresa.

A TACV prossegue com investimentos orientados para ativos estratégicos, procurando simultaneamente manter um equilíbrio financeiro perante os elevados níveis de endividamento.

Face a este contexto, a avaliação da situação patrimonial e financeira da empresa reforça a necessidade de um acompanhamento rigoroso e de ajustamentos contínuos nas políticas de gestão financeira e operacional, com vista a assegurar a estabilidade financeira e a sustentabilidade de longo prazo da empresa.

// 5. ANEXOS



5

• ANEXO 1: BALANÇO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O SPE, 3T2023 E 3T2024

Empresas	Ativo	3T2023			3T2024			Var.3T2024/3T2023 (%)		
		Passivo	Capital próprio	Ativo	Passivo	Capital próprio	Ativo	Passivo	Capital próprio	
AdR	3 985 984	3 988 524	-2 540	4 016 632	4 019 607	-2 976	↑	0,8%	↑	0,8% ↓ (17,1%)
AdS	4 423 364	6 892 411	-2 469 047	4 758 553	7 451 910	-2 693 357	↑	7,6%	↑	8,1% ↓ (9,1%)
AEB	3 569 721	5 012 072	-1 442 351	3 210 725	5 142 090	-1 931 365	↓	(10,1%)	↑	2,6% ↓ (33,9%)
ASA	20 081 128	7 601 572	12 479 555	20 896 527	6 568 152	14 328 374	↑	4,1%	↓	(13,6%) ↑ 14,8%
BVC	184 944	40 228	144 715	223 218	37 919	185 299	↑	20,7%	↓	(5,7%) ↑ 28,0%
CABEÓLICA	4 392 606	2 784 589	1 608 017	3 604 008	1 874 322	1 729 686	↓	(18,0%)	↓	(32,7%) ↑ 7,6%
CABNAVE	257 294	147 249	110 045	329 766	224 446	105 320	↑	28,2%	↑	52,4% ↓ (4,3%)
CCV	3 188 982	2 220 727	968 254	2 264 497	1 092 865	1 171 632	↓	(29,0%)	↓	(50,8%) ↑ 21,0%
CERMI	632 964	95 786	537 178	636 233	604 102	32 131	↑	0,5%	↑	530,7% ↓ (94,0%)
CVB	1 632 265	550 587	1 081 678	1 615 836	551 295	1 064 541	↓	(1,0%)	↑	0,1% ↓ (1,6%)
CVFF	1 367 416	2 435 336	-1 067 920	1 299 122	2 508 461	-1 209 339	↓	(5,0%)	↑	3,0% ↓ (13,2%)
CVT	17 271 093	9 824 285	7 446 808	17 723 065	9 451 627	8 271 438	↑	2,6%	↓	(3,8%) ↑ 11,1%
ECV	422 224	224 342	197 882	689 223	880 803	-191 580	↑	63,2%	↑	292,6% ↓ (196,8%)
EHTCV	474 874	8 307	466 567	452 376	18 627	433 750	↓	(4,7%)	↑	124,2% ↓ (7,0%)
ELECTRA	22 617 166	29 703 451	-7 086 285	18 630 909	14 113 328	4 517 581	↓	(17,6%)	↓	(52,5%) ↑ 163,8%
EMAR	15 779	3 384	12 395	81 679	73 606	8 073	↑	417,6%	↑	2074,9% ↓ (34,9%)
EMPROFAC	2 546 153	1 287 420	1 258 734	2 845 613	1 388 712	1 456 901	↑	11,8%	↑	7,9% ↓ 15,7%
ENAPOR	6 326 485	3 384 163	2 942 322	6 817 328	3 687 943	3 129 385	↑	7,8%	↑	9,0% ↓ 6,4%
FIC	26 421	14 078	12 343	32 702	13 579	19 123	↑	23,8%	↓	(3,5%) ↑ 54,9%
ICV	1 486 296	1 408 892	77 405	1 248 552	1 194 448	54 105	↓	(16,0%)	↓	(15,2%) ↓ (30,1%)
IFH	13 372 928	10 849 863	2 523 065	13 526 682	10 601 119	2 925 564	↑	1,1%	↓	(2,3%) ↑ 16,0%
INCV	782 727	472 886	309 841	760 146	450 902	309 243	↓	(2,9%)	↓	(4,6%) ↓ (0,2%)
INFORPRESS	65 180	172 184	-107 004	68 706	190 043	-121 338	↑	5,4%	↑	10,4% ↓ (13,4%)
LEC	84 105	5 736	78 368	90 738	7 617	83 121	↑	7,9%	↑	32,8% ↑ 6,1%
NEWCO	7 336 273	6 161 439	1 174 834	6 154 050	5 560 903	593 147	↓	(16,1%)	↓	(9,7%) ↓ (49,5%)
NOSI	1 754 267	1 506 053	248 214	1 754 267	1 506 053	248 214	↑	0,0%	↑	0,0% ↑ 0,0%
RTC	1 783 048	1 468 370	314 678	1 783 047	1 468 371	314 676	↓	(0,0%)	↑	0,0% ↓ (0,0%)
SCS	35 857	31 836	4 021	29 695	48 338	-18 643	↓	(17,2%)	↑	51,8% ↓ (563,7%)
SDTIBM	11 683 010	10 415 993	1 267 017	11 517 441	10 768 782	748 659	↓	(1,4%)	↑	3,4% ↓ (40,9%)
SISP	2 420 377	943 445	1 476 932	2 103 701	482 735	1 620 966	↓	(13,1%)	↓	(48,8%) ↑ 9,8%
EPEC	0	0	0	4 531 274	1 717 448	2 813 826				
TACV	1 014 100	13 047 876	-12 033 776	997 090	14 271 935	-13 274 844	↓	(1,7%)	↑	9,4% ↓ (10,3%)
TECHPARK	71 286	6 006	65 280	85 401	18 635	66 767	↑	19,8%	↑	210,2% ↑ 2,3%
EDEC	0	0	0	2 964 593	2 797 465	167 128				
ONSEC	0	0	0	1 714 502	1 726 854	-12 352				
Total SEE	135 306 316	122 709 093	12 597 224	139 457 893	112 515 038	26 942 856	↑	3,1%	↓	(8,3%) ↑ 113,9%

• ANEXO 2: BALANÇO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O SPE, 3TPAO2024 E 3T2024

Empresas	3T_PAO2024			3T2024			Tx realização.3T2024/3T_PAO2024 (%)		
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Ativo	Passivo	Capital próprio	Ativo	Passivo	Capital próprio
AdR	931 273	969 193	-37 920	4 016 632	4 019 607	-2 976	431,3%	414,7%	7,8%
AdS	3 792 635	6 202 255	-2 409 620	4 758 553	7 451 910	-2 693 357	125,5%	120,1%	111,8%
AEB	4 020 374	4 637 845	-617 471	3 210 725	5 142 090	-1 931 365	79,9%	110,9%	312,8%
ASA	19 971 549	6 447 614	13 523 935	20 896 527	6 568 152	14 328 374	104,6%	101,9%	105,9%
BVC	168 133	12 395	155 737	223 218	37 919	185 299	132,8%	305,9%	119,0%
CABEÓLICA	6 543 593	4 822 883	1 720 709	3 604 008	1 874 322	1 729 686	55,1%	38,9%	100,5%
CABNAVE	319 141	194 830	124 311	329 766	224 446	105 320	103,3%	115,2%	84,7%
CCV	1 776 268	753 272	1 022 996	2 264 497	1 092 865	1 171 632	127,5%	145,1%	114,5%
CERMI	574 229	544 708	29 522	636 233	604 102	32 131	110,8%	110,9%	108,8%
CVB	1 584 398	558 569	1 025 830	1 615 836	551 295	1 064 541	102,0%	98,7%	103,8%
CVFF	1 257 760	2 471 088	-1 213 328	1 299 122	2 508 461	-1 209 339	103,3%	101,5%	99,7%
CVT	18 353 415	10 685 989	7 667 426	17 723 065	9 451 627	8 271 438	96,6%	88,4%	107,9%
ECV	320 964	384 496	-63 533	689 223	880 803	-191 580	214,7%	229,1%	301,5%
EHTCV	465 846	14 748	451 099	452 376	18 627	433 750	97,1%	126,3%	96,2%
ELECTRA	16 494 360	9 864 541	6 629 819	18 630 909	14 113 328	4 517 581	113,0%	143,1%	68,1%
EMAR	70 609	15 830	54 779	81 679	73 606	8 073	115,7%	465,0%	14,7%
EMPROFAC	2 384 745	1 101 125	1 283 620	2 845 613	1 388 712	1 456 901	119,3%	126,1%	113,5%
ENAPOR	6 274 270	3 374 129	2 900 140	6 817 328	3 687 943	3 129 385	108,7%	109,3%	107,9%
FIC	22 374	15 341	7 032	32 702	13 579	19 123	146,2%	88,5%	271,9%
ICV	1157 253	1109 162	48 091	1 248 552	1 194 448	54 105	107,9%	107,7%	112,5%
IFH	12 636 217	9 710 734	2 925 483	13 526 682	10 601 119	2 925 564	107,0%	109,2%	100,0%
INCV	966 502	613 067	353 435	760 146	450 902	309 243	78,6%	73,5%	87,5%
INFORPRESS	88 261	208 192	-119 932	68 706	190 043	-121 338	77,8%	91,3%	101,2%
LEC	87 914	4 974	82 940	90 738	7 617	83 121	103,2%	153,2%	100,2%
NEWCO	7 557 487	5 646 617	1 910 870	6 154 050	5 560 903	593 147	81,4%	98,5%	31,0%
NOSI	1 186 430	1 128 901	57 528	1 754 267	1 506 053	248 214	147,9%	133,4%	431,5%
RTC	1 440 783	1 494 063	-53 280	1 783 047	1 468 371	314 676	123,8%	98,3%	-590,6%
SCS	58 520	52 455	6 065	29 695	48 338	-18 643	50,7%	92,2%	-307,4%
SDTIBM	11 652 334	10 408 718	1 243 617	11 517 441	10 768 782	748 659	98,8%	103,5%	60,2%
SISP	2 107 240	720 689	1 386 550	2 103 701	482 735	1 620 966	99,8%	67,0%	116,9%
EPEC	3 970 499	925 703	3 044 796	4 531 274	1 717 448	2 813 826	114,1%	185,5%	92,4%
TACV	1 425 442	5 414 636	-3 989 195	997 090	14 271 935	-13 274 844	69,9%	263,6%	332,8%
TECHPARK	32 957	1 739	31 218	85 401	18 635	66 767	259,1%	1071,3%	213,9%
EDEC	1 118 604	918 145	200 459	2 964 593	2 797 465	167 128	265,0%	304,7%	83,4%
ONSEC	730 019	724 557	5 462	1 714 502	1 726 854	-12 352	234,9%	238,3%	-226,2%
Total SEE	131 542 394	92 153 204,179	39 389 190	139 457 893	112 515 038	26 942 856	106,0%	122,1%	68,4%

• ANEXO 3: RESULTADOS POR EMPRESA DO SPE, 3T2023 E 3T2024

Empresas	3T2023			3T2024			Var.3T2024/3T2023 (%)			
	Volume de negócio	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido	Volume de negócio	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido	Volume de negócio	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido	
AdR	6 075	335	7 299	9 995	-14 130	17 619	↑	64,5%	↓ (4315,7%)	↑ 141,4%
AdS	326 160	33 468	-109 209	339 189	121 363	-19 907	↑	4,0%	↑ 262,6%	↑ 81,8%
AEB	473 635	24 649	-105 907	510 207	80 900	-44 726	↑	7,7%	↑ 228,2%	↑ 57,8%
ASA	1 004 811	904 483	482 280	907 497	894 082	579 253	↓	(9,7%)	↓ (1,2%)	↑ 20,1%
BVC	25 862	24 583	12 254	28 438	21 753	8 853	↑	10,0%	↓ (11,5%)	↓ (27,8%)
CABEÓLICA	159 959	76 000	-31 900	138 768	34 668	-85 536	↓	(13,2%)	↓ (54,4%)	↓ (168,1%)
CABNAVE	72 157	42 091	-7 462	56 922	37 171	-16 095	↓	(21,1%)	↓ (11,7%)	↓ (115,7%)
CCV	46 706	50 754	-6 263	37 287	73 961	11 032	↓	(20,2%)	↑ 45,7%	↑ 276,2%
CERMI	25 626	18 779	2 655	28 206	12 202	5 595	↑	10,1%	↓ (35,0%)	↑ 110,7%
CVB	34 273	23 362	12 767	17 659	3 178	-4 761	↓	(48,5%)	↓ (86,4%)	↓ (137,3%)
CVFF	0	-1 476	-38 441	0	-13 226	-79 412			↓ (796,1%)	↓ (106,6%)
CVT	1 480 621	1 062 547	243 364	1 469 343	1 071 970	247 691	↓	(0,8%)	↑ 0,9%	↑ 1,8%
ECV	212	-82 855	121 591	1 440	-218 038	-1103	↑	579,2%	↓ (163,2%)	↓ (100,9%)
EHTCV	9 571	4 497	-16 502	8 037	10 473	-4 159	↓	(16,0%)	↑ 132,9%	↑ 74,8%
ELECTRA	3 389 266	386 128	32 704	506 706	-185 333	-234 073	↓	(85,0%)	↓ (148,0%)	↓ (815,7%)
EMAR	1 730	4 957	1 864	7 744	6 794	269	↑	347,7%	↑ 37,1%	↓ (85,6%)
EMPROFAC	550 285	107 725	45 856	608 189	109 768	39 877	↑	10,5%	↑ 1,9%	↓ (13,0%)
ENAPOR	770 682	620 671	122 275	768 084	603 383	73 576	↓	(0,3%)	↓ (2,8%)	↓ (39,8%)
FIC	6 984	4 598	1 572	2 739	1 671	-1 182	↓	(60,8%)	↓ (63,6%)	↓ (175,2%)
ICV	12 083	-3 627	-9 405	21 547	14 727	-2 953	↑	78,3%	↑ 506,0%	↑ 68,6%
IFH	399 996	87 405	69 118	404 469	114 488	118 328	↑	1,1%	↑ 31,0%	↑ 71,2%
INCV	33 653	19 207	3 859	25 420	12 744	-2 734	↓	(24,5%)	↓ (33,7%)	↓ (170,9%)
INFORPRESS	0	11 895	-3 623	0	11 959	-1 755			↑ 0,5%	↑ 51,6%
LEC	6 763	4 648	-2 693	11 924	6 715	105	↑	76,3%	↑ 44,5%	↑ 103,9%
NEWCO	0	-431	0	0	-630	0			↓ (46,2%)	
NOSI	90 490	-63 816	-145 288	90 490	-63 816	-145 288	↑	0,0%	↑ 0,0%	↑ 0,0%
RTC	141 107	126 052	34 426	153 235	126 052	34 426	↑	8,6%	↑ 0,0%	↑ 0,0%
SCS	13 175	3 450	-714	2 404	453	-3 767	↓	(81,8%)	↓ (86,9%)	↓ (427,7%)
SDTIBM	1 044	-5 945	-60 619	9 420	7 190	-66 914	↑	802,7%	↑ 220,9%	↓ (10,4%)
SISP	417 844	201 559	103 402	411 554	165 969	62 172	↓	(1,5%)	↓ (17,7%)	↓ (39,9%)
EPEC	0	0	0	2 345 402	12 917	-189 096				
TACV	647 426	-94 692	-444 306	1 404 872	-277 874	-637 664	↑	117,0%	↓ (193,5%)	↓ (43,5%)
TECHPARK	0	-1 393	-4 455	9 487	12 668	8 614	↑	1009,2%	↑ 293,4%	
EDEC	0	0	0	2 816 480	259 796	155 764				
ONSEC	0	0	0	2 485 151	-4 901	-15 879				
Total SEE	10 148 197	3 589 607	310 499	15 638 306	3 051 066	-193 830	↑	54,1%	↓ (15,0%)	↓ (162,4%)

• ANEXO 4: RESULTADOS POR EMPRESA DO SPE, 3T2024 E 3T_PAO2024

Empresas	3T_PAO2024			3T2024			Tx realização.3T2024/3T_PAO2024 (%)		
	Volume de negócio	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido	Volume de negócio	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido	Volume de negócio	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido
AdR	10 000	-3 624	-41 670	9 995	-14 130	17 619	100,0%	389,9%	(42,3%)
AdS	393 210	82 519	-49 782	339 189	121 363	-19 907	86,3%	147,1%	40,0%
AEB	493 942	100 264	-51 918	510 207	80 900	-44 726	409,1%	80,7%	86,1%
APN	891 983	792 546	550 192	907 497	894 082	579 253	101,7%	112,8%	105,3%
ASA	32 887	23 748	6 182	28 438	21 753	8 853	86,5%	91,6%	143,2%
BVC	157 296	84 358	-37 090	138 768	34 668	-85 536	88,2%	41,1%	230,6%
CABEÓLICA	96 543	58 547	-1 030	56 922	37 171	-16 095	59,0%	63,5%	1562,6%
CABNAVE	134 054	124 721	15 431	37 287	73 961	11 032	27,8%	59,3%	71,5%
CCV	24 573	11 054	1 069	28 206	12 202	5 595	114,8%	110,4%	523,6%
CERMI	28 220	9 010	1 790	17 659	3 178	-4 761	62,6%	35,3%	(265,9%)
CVB	0	-1 633	-35 432	0	-13 226	-79 412		809,9%	224,1%
CVFF	1 516 148	1 027 611	149 893	1 469 343	1 071 970	247 691	96,9%	104,3%	165,2%
CVT	320	-119 090	-7 183	1 440	-218 038	-1 103	450,0%	183,1%	15,3%
ECV	13 339	20 374	5 421	8 037	10 473	-4 159	60,3%	51,4%	(76,7%)
EHTCV	581 957	-34 210	-141 706	506 706	-185 333	-234 073	87,1%	541,8%	165,2%
ELECTRA	8 648	5 116	1 541	7 744	6 794	269	89,6%	132,8%	17,4%
EMAR	535 230	81 318	33 645	608 189	109 768	39 877	113,6%	135,0%	118,5%
EMPROFAC	737 830	574 370	24 035	768 084	603 383	73 576	104,1%	105,1%	306,1%
ENAPOR	5 800	4 193	886	2 739	1 671	-1 182	47,2%	39,9%	(133,4%)
FIC	20 648	8 815	-12 187	21 547	14 727	-2 953	104,4%	167,1%	24,2%
ICV	503 436	114 343	102 146	404 469	114 488	118 328	80,3%	100,1%	115,8%
IFH	46 497	18 444	-9 133	25 420	12 744	-2 734	54,7%	69,1%	29,9%
INCV	0	15 596	-2 844	0	11 959	-1 755		76,7%	61,7%
INFORPRESS	15 606	10 887	1 578	11 924	6 715	105	76,4%	61,7%	6,7%
LEC	0	-116	0	0	-630	0		545,6%	
NEWCO	180 762	94 892	-865	90 490	-63 816	-145 288	50,1%	(67,3%)	16791,9%
NOSI	127 587	81 298	-27 941	153 235	126 052	34 426	120,1%	155,1%	123,2%
RTC	15 000	5 850	595	2 404	453	-3 767	16,0%	7,7%	(633,0%)
SCS	0	-5 875	-69 237	9 420	7 190	-66 914		(122,4%)	96,6%
SDTIBM	424 539	164 605	53 012	411 554	165 969	62 172	96,9%	100,8%	117,3%
SISP	2 459 677	158 630	41 874	2 345 402	12 917	-189 096	95,4%	8,1%	(451,6%)
SONERF	1 276 757	-206 912	-464 307	1 404 872	-277 874	-637 664	110,0%	134,3%	137,3%
TACV	6 017	490	-3 417	9 487	12 668	8 614	157,7%	2587,5%	(252,1%)
TECHPARK	3 205 788	362 920	189 095	2 816 480	259 796	155 764	87,9%	71,6%	82,4%
TICV	2 709 814	12 112	1 935	2 485 151	-4 901	-15 879	91,7%	(40,5%)	(820,7%)
Total SEE	16 654 108	3 677 173	224 578	15 638 306	3 051 066	-193 830	93,9%	83,0%	(86,3%)

Empresas	3T2024												
	Participação do Estado	Fornecedores	Estado e Outros Entes Públicos	Empréstimo Bancário/Obrigacionista	Empréstimo Retrocessão	Outros Passivos	Passivo não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Total	Var.23/22%	% PIB	Stock de aval	Var. stock aval 3T2024/3T2023 (%)
AdR	100,00%	38 332	7 351	3 859 275	-	114 649	3 859 275	160 332	4 019 607	0,8%	1,4%	-	
AdS	49,00%	3 487 453	178 207	1 114 328	-	2 671 921	976 452	6 475 458	7 451 910	8,1%	2,6%	1 085 149	↓ -2,6%
AEB	100,00%	1 795 322	498 116	2 476 678	-	371 974	2 169 147	2 972 943	5 142 090	2,6%	1,8%	713 282	↑ 0,3%
APN	100,00%	7 656	68 307	5 708 580	-	783 609	5 642 795	925 358	6 568 152	-13,6%	2,3%	1 227 781	↑ 435,2%
ASA	100,00%	2 527	2 983	-	-	32 409	-	37 919	37 919	-5,7%	0,0%	-	
BVC	2,00%	-	29 395	1 630 222	-	214 704	678 996	1 195 326	1 874 322	-32,7%	0,7%	-	
CABEÓLICA	100,00%	58 684	14 827	125 092	-	25 844	86 839	137 607	224 446	52,4%	0,1%	59 443	
CABNAVE	100,00%	33 348	18 861	260 830	-	779 826	222 697	870 168	1 092 865	-50,8%	0,4%	-	
CCV	100,00%	30 263	19 003	12 267	-	542 568	11 714	592 387	604 102	530,7%	0,2%	11 123	↓ -13,7%
CERMI	100,00%	17 294	430	-	-	533 570	533 570	17 724	551 295	0,1%	0,2%	-	
CVB	96,00%	110 728	261 634	1 171 884	-	964 215	1 055 684	1 452 777	2 508 461	3,0%	0,9%	-	
CVFF	3,00%	2 687 258	319 364	5 227 722	-	1 217 283	4 397 445	5 054 182	9 451 627	-3,8%	3,4%	1 831 695	↓ -8,4%
CVT	100,00%	743 730	1 537	-	-	135 535	-	880 803	880 803	292,6%	0,3%	-	
ECV	100,00%	9 231	4 714	-	-	4 681	-	18 627	18 627	124,2%	0,0%	-	
EHTCV	78,00%	1 748 745	1 739 853	6 771 051	-	3 853 679	6 073 273	8 040 055	14 113 328	-52,5%	5,0%	5 830 648	↑ 2,9%
ELECTRA	100,00%	3 580	107	-	-	69 919	-	73 606	73 606	2074,9%	0,0%	-	
EMAR	100,00%	865 555	20 978	379 034	-	123 144	331 168	1 057 543	1 388 712	7,9%	0,5%	-	
EMPROFAC	100,00%	47 137	97 228	1 347 863	1 299 239	896 475	2 213 292	1 474 651	3 687 943	9,0%	1,3%	-	↓ -100,0%
ENAPOR	100,00%	6 344	339	-	-	6 895	5 547	8 031	13 579	-3,5%	0,0%	-	
FIC	100,00%	-	8 575	571 005	-	614 867	405 042	789 405	1 194 448	-15,2%	0,4%	577 706	↓ -20,7%
ICV	100,00%	213 082	160 898	175 000	8 360 679	1 691 459	8 782 363	1 818 756	10 601 119	-2,3%	3,8%	175 000	↓ -52,3%
IFH	100,00%	31 673	48 807	272 927	-	97 495	368 704	82 198	450 902	-4,6%	0,2%	250 783	↓ -0,9%
INCV	100,00%	-	123 027	200	-	66 817	3 932	186 111	190 043	10,4%	0,1%	-	
INFORPRESS	100,00%	663	1 273	4 000	-	1 681	4 407	3 210	7 617	32,8%	0,0%	-	
LEC	100,00%	-	-	3 651 098	-	1 909 804	3 249 092	2 311 811	5 560 903	-9,7%	2,0%	3 203 906	↓ -8,4%
NEWCO	100,00%	939 066	132 024	174 449	-	260 514	167 186	1 338 867	1 506 053	0,0%	0,5%	114 767	↑ 255,5%
NOSI	100,00%	489 209	394 747	156 903	-	427 511	266 832	1 201 537	1 468 371	0,0%	0,5%	110 000	↑ 0,0%
RTC	69,00%	4 369	27 404	14 729	-	1 836	22 799	25 538	48 338	51,8%	0,0%	17 431	↓ -6,1%
SCS	51,00%	3 689	193 891	2 984 230	-	7 586 972	8 511 459	2 257 323	10 768 782	3,4%	3,8%	1 262 190	↑ 9,4%
SDTIBM	10,00%	22 733	71 800	-	-	388 202	-	482 735	482 735	-48,8%	0,2%	-	
SISP	78,00%	1 621 048	41 666	-	-	54 734	573	1 716 874	1 717 448	0,6%	-	-	
SONERF	90,00%	3 133 988	872 499	6 274 125	-	3 991 322	4 955 504	9 316 430	14 271 935	9,4%	5,1%	5 835 241	↓ -9,7%
TACV	78,00%	1 704 066	3 482	-	-	19 306	-	1 726 852	1 726 854	0,6%	-	-	
TECHPARK	100,00%	-	420	722	-	17 492	722	17 913	18 635	210,2%	0,0%	-	
TICV	78,00%	1 732 033	64 924	192 534	-	807 974	434	2 797 031	2 797 465	1,0%	-	-	
Total	-	21 588 807	5 428 673	44 556 749	9 659 919	31 280 890	54 996 943	57 518 090	112 515 038	-8,3%	40,0%	22 306 144	↓ -0,3%
Peso relativo ao passivo total (%)	-	19,2%	4,8%	39,6%	8,6%	27,8%	48,9%	51,1%	100,0%				19,8%

• ANEXO 6: RISCO POR EMPRESA DO SPE, 3T2023 E 3T2024

• ANEXO 7 – RISCO POR EMPRESA DO SPE, 3TPAO2024 E 3T2024

Empresas	3T2024					
	Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade	
	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.
AdR	Very Low	High	Very Low	Very Low	Very High	Very Low
AdS	High		Very High	Very High	Very High	Very High
AEB	High		Very High	Very High	Very High	Very High
ASA	Very Low	Moderate	Very Low	Very Low	Low	Very High
BVC	Low	Moderate	Very Low	Very High	Very Low	High
CABEOLICA	Very High	High	Very High		Moderate	Very High
CABNAVE	High	Very High	Low	Very High	Moderate	Very High
CCV	Moderate	Moderate	Very High	Very High	Low	Very High
CERMI	Moderate	Very Low	Very High	Very High	High	Very High
CVB	High	High	Very Low	Very High	Low	Very High
CVFF			Very High	Very High	Very High	Very High
CVT	Moderate	Moderate	High	Very Low	Moderate	Very High
ECV	High		Very High	Very Low	Very High	Very Low
EHTCV	High	High	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low
ELECTRA	High	Very High	Low	Very Low	High	Very Low
EMPROFAC	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Low	Very High
ENAPOR	Moderate	Moderate	Moderate	Very Low	Moderate	Very High
FIC	Very High	High	Very Low	Very Low	Low	Very Low
ICV	High	High	High		High	Very Low
IFH	Low	Moderate	Very Low	Very Low	High	Very High
INCV			Very Low	Very Low	Moderate	Very High
INFORPRESS			Very High		Very High	Very Low
LEC	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Very Low	High
NEWCO		Moderate	Very Low		High	Very High
NOSI	Moderate	High	High	Very Low	High	Very High
RTC	Low	Low	Very High	Very Low	High	Very High
SCS	Very High		Very High	Very Low	Very High	Very Low
SDTIBM	Very High	High	Very High	Very Low	High	Very Low
SISP	Low	Moderate	Very Low	Very Low	Very Low	High
TACV	Very High		Very High	Very Low	Very High	Very Low
TECHPARK	Very Low	Low	Very Low	Very High	Very Low	Moderate
EPEC	High	High	Very High	Very Low	Low	Very Low
EMAR	Moderate	Moderate	Very High	Very Low	High	Very High
EDEC	Moderate	Very Low	High	Very Low	High	Very High
ONSEC	High		Very High	Very Low	Very High	Very Low

3T_PAO2024						Risco Global	
Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade		3T2024	3T_PAO2024
ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.	Low	Very High
Very High	High	High	Very Low	Very High	Very High	Very High	Very High
High			Very High	Very High	Very High	Very High	Very High
High			Very High	Very High	Very High	Very High	Very High
Very Low	Moderate	Very Low	Very High	Low	Very High	Moderate	Moderate
Moderate	Moderate	Very Low	Very High	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate
High	High	Very High	Very High	Moderate	Very High	Very High	Very High
Moderate	High	Very Low		Moderate	Very High	Very High	High
Moderate	Moderate	High		Low	Very High	High	High
Moderate	Moderate	Very High	Very High	High	Very High	High	Very High
Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Low	Very High	High	Moderate
		Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High
Moderate	Moderate	Very High	Very Low	Moderate	Very High	High	High
High	Moderate	Moderate	Very High	Very Low	Very High	Very Low	High
Moderate			Very Low	Very Low	Very Low	Low	Low
High			Very Low	Moderate	Very Low	Moderate	Moderate
Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Low	Very High	Moderate	Moderate
Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Moderate	Very High	Moderate	Moderate
Moderate	Low	High	Very Low	Moderate	Very High	Moderate	Moderate
Very High	Very High	High	Very Low	High	Very Low	High	High
Low	Moderate	Very Low		High	Very High	Moderate	Moderate
High	High	Very Low		Moderate	Very High	Moderate	Moderate
		Very High	Very Low	Very High	Very Low	High	High
Moderate	Moderate	Very Low		Very Low	Very Low	Moderate	Low
Very Low	Moderate	Very Low		Moderate	Very High	High	Moderate
Very High	Very High	High	Very Low	High	Very Low	High	High
High	High	High	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low
Moderate			Very High	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low
High			Very High	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low
Moderate	Low	Very High	Very Low	High	Very High	High	High
Very High	High	Very High	Very Low	High	Very Low	High	High
Moderate	Moderate	Moderate	Very Low	Low	Very High	Low	Moderate
Very High	Very High	Very High	Very High	Very Low	Very High	Very Low	High
Very High			Very High	Very Low	Very Low	Very Low	High
Very High			Very High	Very Low	Very Low	Very Low	High
Moderate	Moderate	Moderate	Very Low	Low	Very High	Very High	Moderate
Very High	Moderate	Moderate	Very High	Very Low	Very High	Very Low	High
Moderate			Very High	Very Low	Very Low	Very Low	Moderate
Moderate			Very High	Very Low	Very Low	Very Low	Moderate
Moderate	Very Low	Very High	Very Low	High	High	High	High
Moderate	Very Low	Very High	Very Low	High	Very High	High	High

FICHA TÉCNICA

Ministério das Finanças
- Unidade de Acompanhamento
do Setor Empresarial do Estado

Coordenadora:
Darlene Barros Vera-Cruz

Técnicos:
Gabinete Planeamento e Controlo
- Carlos Santos e Luís Barbosa

Editor:
Ministério das Finanças
Av. Amílcar Cabral nº. 07, CP 102 – Praia
República de Cabo Verde
Tel.: +238 260 74 64

Data de Edição:
Agosto 2025



Ministério
das Finanças

Unidade de Acompanhamento
do Setor Empresarial do Estado



2024
3º TRIMESTRE

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE DESEMPENHO DO **SPE DE CABO VERDE**